

Srs. Acionistas, a Administração da CEDAE vem reapresentar e retificar algumas informações constantes do Relatório da Administração, que constaram na publicação feita em 31/3/2014. Em adição, a CEDAE informa que as Demonstrações Financeiras publicadas em 31/3/2014 foram complementadas em publicação feita em 3/4/2014.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013
2. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Descrição – R\$ Milhões	2013	2012	Var.
Indicadores Financeiros			
Caixa/Aplicações Financeiras/Equivalentes	22,1	91,0	-75,7%
Dívida Líquida	1.958,8	1.913,2	2,4%
Dívida Líquida/EBITDA	2,1	2,68	-22,2%

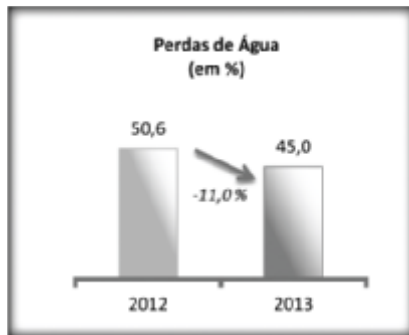
7.2 Distribuição de Dividendos

No Exercício Social de 2013, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 291.518.669,60. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2013, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

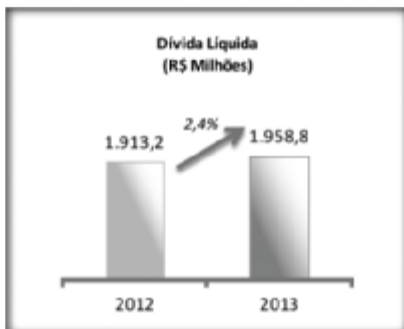
Lucro Líquido do Exercício – 2013	R\$ 291.518.669,60
(-) Reserva Legal (5%)	R\$ 14.575.933,48
(=) Lucro Líquido Ajustado	R\$ 276.942.736,12
Dividendos Obrigatórios (25%)	R\$ 69.235.684,03
Quantidade de Ações Ordinárias	250.130.923
Valor por Ação Ordinária	R\$ 0,27680

8. INDICADORES OPERACIONAIS

Informações Operacionais	2013	2012	Var. %
Ligações de Esgoto	515,0	519,6	-0,9%
Perdas de Água (%)	45,0	50,6	-11,0%


10. ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO

Descrição - R\$ Milhões	2013	2012	Var.
Disponibilidade	22,1	91,0	-75,7%
Total da Dívida Líquida	1.958,8	1.913,2	2,4%
Dívida Líquida/EBITDA	2,1	2,68	-22,2%
Dívida Líquida/PL	39%	41%	-3,7%


12.5 Esgotamento Sanitário da Barra

Onde se lê: "A CEDAE assinou, em 2013, contrato referente a projeto orçado em R\$ 75 milhões (...)" leia-se: "A CEDAE assinou, em 2013, contrato referente a projeto orçado em R\$ 58 milhões (...)"

12.6 Eixo Barra-Recreio

Onde se lê: "A CEDAE assinou, em 2013, contratos referentes a investimento de R\$ 65 milhões (...)" leia-se: "A CEDAE assinou, em 2013, contratos referentes a investimento de R\$ 50 milhões (...)"

14. PROGRAMA DE OBRAS

DUQUE DE CAXIAS			
Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Elíseos	58.000	28,27	PREV. TÉRMINO: ABR/2015

b) Despesas comerciais

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2013	2012
Despesas com pessoal	(51.455)	(47.854)
Despesas com material	(8)	(88)
Serviços de terceiros	(7.617)	(10.118)
Despesas gerais	(438)	(561)
Acordos judiciais	(29.110)	(6.002)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(644.985)	(713.918)
	(733.613)	(778.541)

24. **Custo dos serviços prestados e despesas operacionais--Continuação**

c) Despesas gerais e administrativas

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2013	2012
Despesas com pessoal	(230.797)	(231.481)
Despesas com material	(8.072)	(6.534)
Serviços de terceiros	(115.020)	(92.910)
Despesas gerais	(42.369)	(19.885)
	(396.258)	(350.810)
Quantidade total de funcionários	6.574	6.727

25. **Receitas (despesas) financeiras**

a) Despesas financeiras

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2013	2012
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (a)	(177.810)	(189.496)
Juros passivos (b)	(49.560)	(55.856)
Multas, juros e acréscimos moratórios (c)	(16.724)	(33.285)
Outras despesas	(11.029)	(6.865)
	(255.123)	(285.502)

(a) Valores referentes a juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos principalmente sobre os recursos captados pelo FIDC (Nota 14).

(b) Valores referentes a juros e multas sobre parcelamentos tributários.

(c) Valores referentes a juros e atualizações monetárias pelo pagamento em atraso das obrigações tributárias

25. **Receitas (despesas) financeiras--Continuação**

b) Receitas financeiras

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2013	2012
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 6)	17.652	13.275
Juros auferidos	19.965	13.913
Atualização monetária	64.058	31.992
Atualização monetária - encontro de contas com o Município (Nota 8)	-	135.529
Descontos obtidos e bonificações	1.876	1.473
Multas por impuntualidade	13.153	14.526
Outras receitas (a)	25	13.873
	116.729	224.581

(a) Refere-se à atualização monetária sobre parcelamentos a emitir, registrados no contas a receber e sobre os créditos relativos ao encontro de contas com o Município do Rio de Janeiro no exercício de 2012 (Nota 8).

26. **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2013	2012
Anistia REFIS IV (a)	-	4.085
Recuperação REFIS IV (b)	-	13.798
Demais receitas operacionais	22.544	22.185
Ressarcimento de despesas (c)	-	11.490
Recuperação de despesa e receita fiscais	5.019	3.824
Reversão de provisões (d)	15.939	19.212
	43.502	74.594

26. **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas--Continuação**

	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2013	2012
Provisão para contingências e passivos fiscais (Nota 17(b))	(333.416)	(590.853)
Provisão para perda de ativos	(1.805)	(1.871)
Reversão (constituição) de passivo atuarial, líquido (Nota 20)	(170.081)	(119.418)
Reversão (constituição) de passivo atuarial, Plano Definido Prece	(495)	-
Despesas fiscais	(2.058)	(2.899)
Outras provisões	(509)	(397)
Outras despesas	(4.826)	(19.264)
	(513.190)	(734.702)
	(469.688)	(660.108)

(a) Em janeiro de 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB homologou através do mandado de segurança nº 0010559-61-2011.4.02.5101 a consolidação do débito NFLD nº 49.904.748-6 no REFIS IV o que proporcionou para a Companhia uma receita não tributável da ordem de R\$ 4.085 originado da redução de multa e juros conforme estabelecido no artigo 3º da Lei nº 11.941/09 (Nota 16). O valor de R\$ 123.649 registrado em 30 de setembro de 2011 refere-se a perdão de juros e multas relacionado ao programa de anistia do REFIS IV.

(b) A Companhia vinha atualizando o saldo devedor do parcelamento sobre uma base ainda não consolidada, por conta da homologação por parte da Receita Federal do Brasil - RFB, mencionada no item anterior. Em 2012, a Companhia procedeu ao estorno da parcela do saldo devedor correspondente ao excesso de atualização.

(c) Refere-se ao ressarcimento recebido pela Companhia de perdas no montante de R\$ 11.490 referentes a custas e acordos judiciais sobre o esgotamento sanitário na área da AP-5 definido no encontro de contas com o Município do Rio de Janeiro (Nota 8.1.a.ii(v)).

(d) O valor registrado nesta rubrica refere-se à reversão de R\$ 2.890 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 3.068) de provisão de licença prêmio, R\$ 1.979 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 8.668) de provisão com perda ADOR e R\$ 11.069 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 7.476) reversão com provisão de PIS e Cofins referente a órgãos públicos.

27. **Seguros**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Objetos	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	20.000
Riscos operacionais	
Danos materiais	56.000
Lucros cessantes	17.298
	93.298

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

28. **Eventos subsequentes**

a) Convênio entre CEDAE e AGENERSA

Conforme disposto no Decreto Estadual nº 43.982, de 11 de dezembro de 2012, a CEDAE ficará, a partir de agosto de 2015, submetida à fiscalização e regulação de suas atividades por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), incluindo-se nesta competência a definição da primeira revisão tarifária da Companhia. Durante este período ficou definido que os reajustes tarifários utilizarão a metodologia de fluxo de caixa descontado.

28. **Eventos subsequentes--Continuação**

b) Adesão à reabertura do REFIS IV

A Companhia aderiu à reabertura do REFIS IV de acordo com o artigo nº 17 da Lei nº 12.865/2013, que permitiu a inclusão de novos débitos exigíveis até 30 de novembro de 2008. Para efetivação da adesão a Companhia recolheu para a Receita Federal do Brasil - RFB o valor simbólico de R\$ 44 e enquanto a Receita Federal não promova a abertura de prazo para a declaração e consolidação da dívida, a Companhia recolherá mensalmente o montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pela quantidade de parcelas pretendidas. A previsão da Receita Federal para abertura do prazo para declaração do débito é no decorrer de 2014. A expectativa da Administração da Companhia é declarar o valor de R\$ 9.569 pertinentes aos débitos de contribuições de Cofins e PASEP de competências anteriores a novembro de 2008, em 24 parcelas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA--CONTINUAÇÃO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Caixa líquido consumidos pelas atividades de investimentos	2013	2012
	(190.022)	(9.797)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas Legais	Retenção de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	
Aumento de capital (Nota 22 (a))	278.473	-	-	-	-	-	278.473

2.7.2. Contratos em processo de renovação

A Companhia possui 8 contratos em processo de renovação, sendo 4 deles (Miracema, Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) encontram-se vencidos e com previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

Municípios	2013	2012
Mangaratiba	-	4.941
Miracema	1.064	1.093
Porciúncula	253	265
São João da Barra	2.199	2.261
Teresópolis	202.429	207.585
	205.945	216.145

2.7. **Intangível--Continuação**

2.7.2. Contratos em processo de renovação--Continuação

O Município de Mangaratiba teve sua concessão renovada em 13 de setembro de 2013 e os outros quatro municípios (Angra dos Reis, Cachoeiras de Macacu, Cambuci e Quissamã) a Companhia vem prestando serviços a eles ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. De qualquer forma, mesmo que haja interrupção dos serviços prestados, o que não é esperado, os montantes dos saldos contábeis do intangível não são relevantes, conforme abaixo demonstrado e estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. (Nota 12(i))

Município Intangível	2013	2012
Angra dos Reis	9.247	9.468
Cachoeiras de Macacu	32.048	32.800
Cambuci	3.253	3.342
Quissamã	1.684	1.724
	46.232	47.334

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013

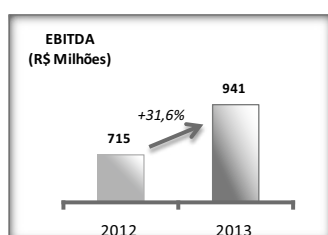
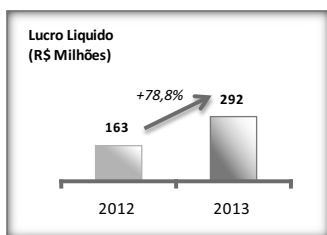
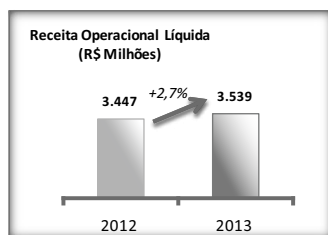
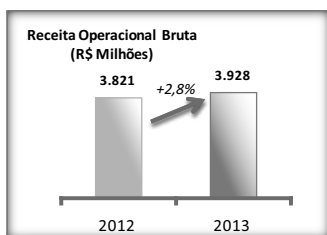
1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE em cumprimento às disposições legais e estatutárias.
A atual Administração assumiu o controle da CEDAE no início de 2007 e desde então vem implementando uma série de melhorias em vários aspectos, prezando por uma política de transparência, pela melhoria contínua nos processos de Governança Corporativa e Controles Internos, zelando pela eficiência na gestão de recursos, na responsabilidade socioambiental, e principalmente, buscando a universalização do saneamento em nosso Estado. Desde a reestruturação de nossas dívidas, temos acessado o Mercado de Capitais por meio de novas operações de crédito e cessão de recebíveis com resultados positivos, o que vem demonstrando a boa percepção dos investidores em relação à condução de nossos negócios e à solidez da Companhia. Em 2013, em razão das condições adversas de mercado, a Companhia, em conjunto com o Acionista Controlador, optou pelo cancelamento do lançamento da Oferta Pública de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, processo que havia se iniciado em 2012. O ano de 2013 foi de muito trabalho, especialmente com a realização das obras que estavam e estão na agenda dos eventos internacionais (Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e Olimpíada). Temos um grande compromisso, e que muito nos alegria por saber que temos a grande oportunidade de unir forças com os governos federal, estadual e municipal para acelerar os projetos e concretizar ações de relevante interesse público. Afinal, a agenda esportiva termina, mas as melhorias permanecerão.
A seguir apresentamos os números atuais, e destacamos a contínua melhora dos resultados, desde a recente reversão dos prejuízos históricos da Companhia. Atingimos, novamente em 2013, a melhor posição financeira dos últimos anos. Os resultados atuais refletem um longo processo de mudança, de amadurecimento da Companhia, refletindo a solidez de nosso negócio, o que nos faz acreditar que continuamos no caminho certo. Hoje, podemos ver que fizemos muito, mas que ainda temos um longo caminho a percorrer. Continuamos motivados e trabalhando arduamente nesse processo de fortalecimento da Companhia, olhando sempre para frente e buscando aliar os resultados financeiros com o compromisso contínuo de agregar qualidade de vida à população que atendemos.

Cordialmente
Wagner VICTOR
Presidente

2. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Descrição – R\$ Milhões	2013	2012	Var.
Resultados			
Receita Operacional Bruta	3.928,3	3.820,5	2,8%
Receita Operacional Líquida	3.539,4	3.447,3	2,7%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	664,4	436,2	52,3%
Resultado Financeiro Líquido	(138,4)	(60,9)	127,3%
EBITDA	941,2	715,2	31,6%
Lucro Líquido	291,5	163,0	78,8%



Descrição – R\$ Milhões	2013	2012	Var.
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	12.694,2	12.805,6	-0,9%
Caixa/ Aplicações Financeiras/ Equivalentes	144,1	91,0	58,4%
Patrimônio Líquido	4.964,9	4.670,4	6,3%
Dívida Líquida	1.980,9	1.913,2	3,5%
Dívida Líquida / EBITDA	2,10	2,67	-21,3%

3. CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário mundial continua pautado pelo baixo crescimento das economias desenvolvidas, com o pior desempenho ainda apresentado pela zona do euro. No grupo dos países em desenvolvimento, o destaque vai para a continuidade de forte expansão na China e países do sudeste asiático. O Brasil encontra-se no grupo das economias que mais cresceram, com uma taxa de expansão do PIB de 2,3% no ano de 2013 contra 1,0% em 2012, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi impulsionado principalmente pelo desempenho da atividade agropecuária (7,0%), seguido pelo setor de serviços (2,0%) e indústria (1,3%).
Em relação à demanda agregada, destaca-se a formação bruta de capital fixo, com crescimento de 6,3% no ano de 2013. O consumo das famílias manteve a trajetória de alta dos últimos anos, com um aumento de 2,3% - resultado puxado pela elevação da massa salarial e crescimento da oferta de crédito - e a despesa de consumo da administração pública que cresceu 1,9%.
A taxa de investimento foi de 18,4% do PIB no ano de 2013, com pequeno aumento em relação ao ano anterior (18,2%). A taxa de poupança foi de 13,9% em 2013, contra 14,6% observados em 2012.
No setor externo, apesar da queda quando comparada ao ano anterior, a balança comercial brasileira apresentou superávit em 2013, fechando o ano em aproximadamente US\$ 2,6 bilhões, resultado expressivamente menor que os US\$ 19,4 bilhões registrados em 2012, segundo dados do Banco Central do Brasil. Nesse contexto de piora das contas externas, o ajuste dependerá de um diferencial positivo entre o crescimento médio das economias desenvolvidas e a China em relação à brasileira, evitando maiores pressões sobre a taxa de câmbio e, consequentemente, sobre a inflação. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2013 na casa de 5,91%. Segundo dados do Boletim Focus divulgado pelo Banco Central no início do mês de março, espera-se continuidade das pressões inflacionárias ao longo dos anos de 2014 e 2015, o que ensejará novos ajustes na taxa básica de juros SELIC, cujas expectativas do mercado apontam para 12% em dezembro de 2015.

4. SETOR DO SANEAMENTO BÁSICO

O setor de saneamento atravessa um período de reformas significativas no que concerne à viabilização do seu desenvolvimento e universalização dos serviços. Avanços ocorreram nos anos recentes, tanto em aspectos legais como político-institucionais. Entre os aspectos legais ressaltam-se a promulgação da Lei das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico – Lei nº 11.445 – em janeiro de 2007. A lei estabelece o direcionamento a ser dado em nível nacional para o setor e para a política federal de saneamento básico tendo o Decreto nº 7.217 de junho de 2010 como regulamentador. No que tange aos aspectos político-institucionais, destaca-se o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) que foi elaborado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), órgão do Ministério das Cidades, para regular a condução das políticas públicas de saneamento básico, com metas e estratégias de governo para o setor. O objetivo principal é universalizar o acesso aos serviços de saneamento. Atualmente, os serviços de saneamento básico são prestados em todo o País, (i) pela administração direta, como Estados e municípios, titulares dos serviços de saneamento básico; (ii) por usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a determinado condomínio ou localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda; (iii) no caso de prestação regionalizada, por órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, do Distrito Federal, ou municipal, observado que, nos termos da Lei nº 11.445/07, tal prestação deve ser formalizada mediante convênio de cooperação entre os entes da federação ou por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços; ou (iv) por empresas, na qualidade de concessionárias de serviços públicos, as quais, em sua grande maioria, são sociedades de economia mista, controladas pelos Estados ou pelos municípios. Tais empresas, se comparadas aos demais participantes do setor, são responsáveis pela maior parte dos serviços de saneamento do País. No Brasil, o setor de saneamento básico ainda se encontra em desenvolvimento e transformação, apresentando, como consequência, diversos problemas de ordem estrutural, tais como:

- Déficit no atendimento à população de faixas de renda mais baixas e regiões menos desenvolvidas;
- Elevados índices de perdas nos serviços de água em seu âmbito físico (vazamentos) e em seu aspecto comercial (ausência de medição ou submedição dos volumes consumidos pela população) e ocupações irregulares que demandam atendimento;
- Baixo nível de investimento, representando um déficit de cobertura e atuação.

Os investimentos no setor possuem três fontes principais de recursos: financiamentos com recursos do FGTS, financiamentos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e repasses de verbas do Orçamento Geral da União (OGU) nos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, existe a previsão de contrapartida de Estados, Municípios e prestadores de serviços. Não obstante as fontes tradicionais citadas, as Companhias do setor vêm acessando o mercado de capitais para obter uma maior captação de recursos. A CEDAE também captou recursos junto ao mercado de capitais nos anos recentes por meio da emissão de cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Destaca-se também que a Companhia promoveu captações por meio da emissão de debêntures. No Rio de Janeiro, área de atuação da CEDAE, a firmação de protocolo com vistas ao estabelecimento de convênio entre a Companhia e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA ao final do ano de 2012 representa importante avanço na direção da implantação de um marco regulatório para o setor de saneamento básico no Estado. O protocolo/convênio tem por finalidade estabelecer os procedimentos que formarão as bases da futura regulação e fiscalização, pela AGENERSA, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários prestados pela CEDAE aos municípios em os quais mantém convênios e contratos de programa. O conjunto de fatores apresentado aponta

que o setor de saneamento possui um cenário positivo de crescimento, tanto pela elevada necessidade de ampliação do acesso aos serviços, quanto pelos incentivos ao investimento no setor obtidos com as recentes reformas nos âmbitos legal e institucional. Para a CEDAE, os avanços na direção da implantação do marco regulatório no Estado do Rio de Janeiro e o maior acesso a fontes de financiamento demonstram que a Companhia possui boas perspectivas de crescimento para os próximos anos.

5. PERFIL DA COMPANHIA

Somos a maior Companhia de saneamento do Estado do Rio de Janeiro e a segunda maior do Brasil em receita bruta de tratamento de água e esgotamento sanitário de acordo com os balanços publicados em 2013 pelas empresas do setor. Operamos a maior estação de tratamento de água do mundo de acordo com o Guinness Book, Complexo de Produção do Guandu, com capacidade estimada de 43 mil litros de água por segundo em produção contínua, atendendo somente com este sistema, 90% de todos os municípios do Grande Rio. Nossos serviços atendem a aproximadamente 11 milhões de pessoas, que residem em 64 municípios do Estado do Rio de Janeiro e que representam cerca de 80% de toda a população do Estado, segundo comparação com os dados mais atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publicados em 2010.
Realizamos diversos projetos para garantir a ampliação da infraestrutura sanitária, água de qualidade, saúde e conforto aos nossos consumidores. A operação em regime de tratamento secundário de esgoto na Estação Alegria, no bairro do Caju, reduz em 98% as impurezas dos esgotos que chegam à Baía de Guanabara proveniente das bacias contribuintes a esta estação. Ampliamos a capacidade de transporte e processamento no Sistema Alegria para 2.500 litros de esgotos por segundo, o que permitiu o aumento da quantidade de esgotos tratados do Município do Rio de Janeiro, de 40% para 60%, sendo esta a maior e mais importante obra do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (“PDBG”).

6. ÁREA DE ATUAÇÃO

O município do Rio de Janeiro, responsável por cerca de 78% de nossa Receita Bruta, é o 2º maior PIB do Brasil, segundo dados mais recentes do IBGE. O Contrato de Programa do Município do Rio de Janeiro foi assinado em 2007 e prevê a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo período de 50 anos, prorrogáveis por mais 50 anos, observadas as condições contratuais. Nossos demais Contratos de Programa possuem prazos médios de vigência de 30 anos.
Desde 2007, temos expandido e melhorado os nossos serviços no Estado do Rio de Janeiro por meio do estabelecimento de programas de revitalização de hidrômetros, eliminação de ligações clandestinas, ampliação do abastecimento, substituição de redes de abastecimento de água com elevado grau de incrustações internas e aumento da nossa capilaridade em áreas recentemente pacificadas da cidade do Rio de Janeiro, além de outros programas visando ao nosso crescimento, tais como a parceria com a Petrobras para a oferta de água de reúso ao COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), parceria com a COMLURB fornecendo água de reúso em troca de disposição de resíduos sólidos de ETEs e elevatórias de esgotos e nossa contínua e crescente atuação no sentido de reduzir a inadimplência.
Em virtude da nossa localização geográfica, não possuímos recursos hídricos em abundância próximos às grandes cidades, porém o principal recurso hídrico, o Rio Paraíba do Sul, o mais importante do Estado do Rio de Janeiro, garante o fornecimento de água para as cidades do interior do sul, médio Paraíba e norte, além de, em Barra do Pirai, transpor para a Bacia do Rio Guandu, até 160 mil litros por segundo, em um processo para geração de energia da Light, garantindo assim, de forma permanente, uma vazão regularizada que nos permite operarmos a maior central de tratamento de água do mundo (Complexo de Produção do Guandu), em termos de capacidade de vazão contínua (43 mil litros de água por segundo), responsável pelo fornecimento de água para o município do Rio de Janeiro, além de, praticamente, todos os municípios que compõem o Grande Rio junto com o Rio de Janeiro.
O Estado do Rio de Janeiro possui uma área territorial relativamente pequena, embora densamente povoada, o que nos permite operar de maneira concentrada reduzindo nossos custos de instalação e manutenção de redes, além de centralizar as nossas operações em grandes estações de água e esgoto. Ademais, nossos custos operacionais com esgotamento sanitário são reduzidos devido a nossa proximidade da costa do Estado do Rio de Janeiro, o que nos permite utilizar emissários submarinos na atividade de esgotamento sanitário.

O mapa abaixo representa a nossa área de atuação:



7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Atualmente, temos 691 acionistas minoritários com 0,0008% da totalidade das ações e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário, que possui 99,9992% da totalidade das ações.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



7.2 Distribuição de Dividendos

No Exercício Social de 2012, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 162.993.038,46. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2012, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício - 2012	R\$ 162.993.038,46
(-) Reserva Legal (5%)	R\$ 8.149.651,92
(=) Lucro Líquido Ajustado	R\$ 154.843.386,54
Dividendos Obrigatórios (25%)	R\$ 38.710.846,63
Quantidade de ações ordinárias	250.130.923
Valor por ação ordinária	R\$ 0,15476

8. Isto posto, em 2013 foi destinado para distribuição a título de dividendos, o montante de R\$ 38.710.846,63, sendo R\$ 0,15476 o valor por ação. 99,99%

INDICADORES OPERACIONAIS

Informações Operacionais	2013	2012	Var. (%)
Índice de Atendimento de Água (%)	84,2	83,3	1,2
Índice de Atendimento de Esgoto (%)	39,3	39,3	0,0
População Atendida com Abastecimento de Água (Em Milhões de Hab.)	11,2	11,1	1,2
População Atendida com Coleta de Esgoto (Em Milhões de Hab.)	3,8	3,8	0,0
Ligações de Água (em milhares)	1.809,4	1.790,3	1,1
Ligações de Esgoto (em milhares)	515,0	519,1	-0,9
% de Hidrometração	67,5	66,7	1,3
Perdas de Água (%)	51,4	50,6	1,6
Volume Faturado de Água (em milhões de m³)	846,6	819,7	3,3
Volume Faturado de Esgoto (em milhões de m³)	366,2	351,4	4,2

9. DESEMPENHO FINANCEIRO

9.1 Receita Operacional Bruta

O aumento da receita de serviços condicionou um crescimento da receita operacional bruta da Companhia, que totalizou R\$ 3.928,3 milhões em 2013 (R\$ 989,2 milhões no 4T13), acréscimo de (2,8)% (ou R\$ 107,8 milhões) em relação ao montante registrado no ano anterior. No 4T13, a redução da receita operacional

bruta foi de 8,8%, ou seja, de R\$ 95,3 milhões.

9.2 Reajustes Tarifários

Em 2013, a CEDAE obteve reajustes em suas tarifas com os seguintes efeitos percebidos pelos consumidores: 6,27% para as tarifas praticadas em todas as categorias com a exceção dos clientes enquadrados na tarifa social, as contas com base na tarifa social, considerando 1 (uma) economia e cobrança de 30 (trinta) dias, passaram de R\$ 9,53 (somente água) para R\$ 10,00 (somente água).

9.3 Custos e Despesas Operacionais

Em 2013, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 2.875,1 milhões, redução de 4,5% (ou R\$ 135,9 milhões) em relação a 2012. No 4T13, o aumento dos custos e despesas operacionais foi de 15,7% (ou R\$ 129,3 milhões).

A composição dos custos e despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Descrição - R\$ Milhões	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
1. Pessoal	231,9	202,0	14,8%	812,7	753,7	7,8%
2. Material	23,1	17,5	32,0%	74,7	62,6	19,3%
3. Serviços de Terceiros	153,2	158,2	-3,2%	523,4	514,3	1,8%
4. Despesas Gerais	10,1	7,1	42,3%	43,6	21,4	103,7%
5. Depreciações e Amortizações	70,3	68,7	2,3%	276,9	279,0	-0,8%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	143,8	253,7	-43,3%	645,1	713,9	-9,7%
7. Provisões de Contingências	251,9	118,3	112,9%	333,4	590,9	-43,6%
8. Provisão Atuarial	42,9	23,5	82,6%	170,5	119,4	31,5%
9. Outras despesas/receitas operacionais	26,5	(24,4)	-208,6%	(5,2)	(44,2)	-119,0%
Despesas e Custos Operacionais	953,7	824,4	15,7%	2875,1	3.011,0	-4,5%

Os itens que mais contribuíram para a redução dos custos e despesas da CEDAE no ano de 2013 em

comparação com 2012 foram:

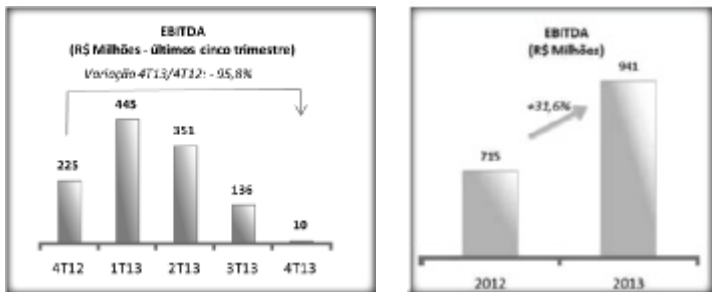
- **Pessoal:** Elevação de 7,8%, devido ao Acordo Coletivo da categoria.
- **Provisão para Devedores Duvidosos:** Melhoria decorrente do intensivo trabalho realizado na área comercial, na cobrança e negativação dos clientes inadimplentes.
- **Provisões Contingenciais:** Redução das contingências jurídicas, nas áreas cível e trabalhista.
- **Provisão Atuarial:** Aumento devido aos custos com juros e do serviço corrente na apuração do passivo atuarial.

9.4 Geração operacional de caixa (EBITDA)

Em 2013, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 941,2 milhões, contra R\$ 715,2 milhões em 2012, ou seja, um aumento de 31,6% (ou R\$ 226,0 milhões). O aumento ocorreu em função da redução da constituição de provisões para contingências. No 4T13, o EBITDA foi de R\$ 9,5 milhões (margem de 1,4%), contra R\$ 225,2 milhões no 4T12 (margem de 23,0%), uma redução de 95,8% (ou R\$ 215,7 milhões).

Descrição - R\$ Milhões	Trimestre			Exercício		
	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
(=) EBIT	(60,8)	156,5	-138,8%	664,4	436,2	52,3%
Margem EBT (%)	-8,7%	16,0%	-154,4%	18,8%	12,7%	48,0%
(+) Depreciação e amortização	70,3	68,7	2,3%	276,9	279,0	-0,8%
(=) EBITDA	9,5	225,2	-95,8%	941,2	715,2	31,6%
Margem EBITDA (%)	1,4%	23,0%	-93,9%	26,6%	20,7%	28,5%

O comportamento do EBITDA da CEDAE ao longo dos últimos cinco trimestres, e a comparação anual podem ser assim demonstrados:



9.5 Resultado Financeiro

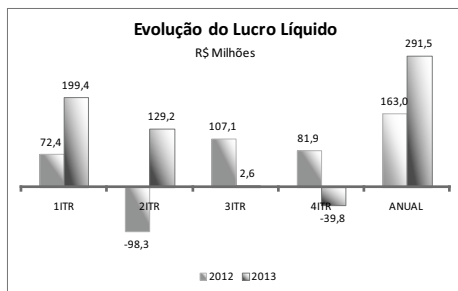
O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 2013 representou despesa financeira líquida de R\$ 138,4 milhões, contra despesa financeira líquida de R\$ 60,9 milhões em 2012, ou seja, um aumento de R\$ 77,5 milhões em relação ao exercício anterior, devido à queda na receita com atualização monetária das contas de água e esgoto. No 4T13, o resultado financeiro representou uma receita financeira líquida de R\$ 5,2 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 33,1 milhões no 4T12.

9.6 Lucro líquido: crescimento de 78,8%

A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 291,5 milhões em 2013 representando um incremento de 78,8% em relação ao lucro de R\$ 163,0 milhões registrado em 2012. Esse avanço decorre, em parte, do acréscimo de 2,8% da receita operacional bruta no ano, aliada à queda dos custos e despesas.

Composição do lucro líquido:

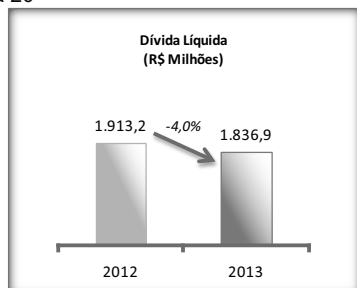
Composição do Lucro Líquido R\$ Milhões	Trimestre			Exercício		
	4T13	4T12	Var.	2013	2012	Var.
(+) Resultado antes do resultado financeiro	(60,8)	156,5	-138,8%	664,3	436,2	52,3%
(+/-) Resultado financeiro	5,2	(33,1)	-115,7%	(138,4)	(60,9)	127,3%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	15,8	(41,5)	-138,1%	(234,4)	(212,3)	10,4%
(=) Lucro Líquido	(39,8)	81,9	-148,6%	291,5	163,0	78,8%



10 ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO

Descrição - R\$ Milhões	2013	2012	Var.
Empréstimos e Financiamentos	1.382,6	1.378,9	0,3%
Passivo Atuarial*	598,4	625,3	-4,3%
Total da Dívida Bruta	1.981,0	2.004,2	-1,2%
Disponibilidade	144,1	91,0	58,4%
Total da Dívida Líquida	1.836,9	1.913,2	-4,0%
EBITDA	941,2	715,2	31,6%
Dívida Líquida/EBITDA	1,95	2,67	-27,0%
PL	4.964,9	4.670,4	6,3%
Dívida Líquida/PL	37%	41%	-9,8%

*Refere-se à Dívida da Prece nota 20



Ao longo do ano de 2013 a companhia promoveu duas emissões de debêntures: 3ª e 4ª Emissão de Debêntures da CEDAE, cujos recursos obtidos foram destinados para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Companhia. As debêntures são da espécie quirográfica (sem preferência), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contam, adicionalmente, com garantias reais. A taxa remuneratória da 3ª emissão é CDI + 1,69% a.a., com 53 parcelas mensais, vencimento em junho de 2017 e saldo devedor, em 31/12/2013, de R\$ 118,9 milhões. A taxa remuneratória da 4ª emissão é CDI + 3,10% a.a., com 78 parcelas mensais, carência de 30 meses, vencimento em abril de 2020 e saldo devedor, em 31/12/2013, de R\$ 200,0 milhões.

Segue abaixo uma breve descrição dos demais empréstimos e financiamentos da Companhia:

Banco do Brasil S.A. - Refinanciamento

Objeto	Ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também ampliação de estações de tratamento.
Saldo devedor em 31/12/2013 (R\$ milhões)	R\$ 26,1
Juros	10% a.a. + TR, acrescido de 1% a.m. para a parcela vencida
Vencimento	2014

Caixa Econômica Federal

Objeto	Vários contratos feitos com o objetivo de realizar melhorias e ampliações nas redes de água e esgoto.
Saldo devedor em 31/12/2013 (R\$ milhões)	R\$ 136,8
Juros	8 a 13% a.a. + UPR
Vencimento	2021

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC CEDAE

Objeto	Pagamento da dívida vencida junto ao Tesouro Nacional (Banco do Brasil S.A.)
Saldo devedor em 31/12/2013 (R\$ milhões)	R\$ 837,4
Juros	1ª Série: CDI + 2,9% a.a. e 2ª Série: IPCA + 8,5% a.a.
Vencimento	2017

2ª Emissão de Debêntures da CEDAE

Objeto	Financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Companhia.
Saldo devedor em 31/12/2013 (R\$ milhões)	R\$ 63,3
Juros	CDI + 2,2%
Vencimento	2017

11 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os valores que lastreiam as práticas da Companhia são: transparência, prestação de contas, conformidade e equidade. Transparência refere-se em particular às informações que têm reflexo nos negócios. Prestação de contas refere-se à responsabilidade das ações corporativas e sua informação, com base em práticas contábeis corretas. Equidade é o conceito de que acionistas majoritários e minoritários credores e demais stakeholders devem ser tratados com justiça. Dessa forma, a Companhia tem aperfeiçoado suas práticas de Governança Corporativa, sempre de forma alinhada com sua missão de prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população fluminense e do desenvolvimento socioeconômico, com rentabilidade, visando à satisfação da sociedade, dos clientes e dos acionistas. Utilizando-se das melhores práticas e referenciais de mercado, a Companhia busca se tornar uma empresa qualificada, transparente, ágil e moderna, capaz de fornecer subsídios às tomadas de decisões e atender com eficiência às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo.

11.1 Missão, Visão e Valores

Empenhada em cumprir sua missão institucional e baseando-se nos princípios da transparência, da prestação de contas, da conformidade e da equidade, entre outros de igual importância, a Companhia busca constantemente ser reconhecida como uma empresa de excelência na prestação dos seus serviços. **Missão:** Prestar serviços de referência em abastecimento de água, esgotamento sanitário e demais soluções em saneamento ambiental, de forma sustentável, para o desenvolvimento socioeconômico e preservação do meio ambiente, com foco na rentabilidade e satisfação da sociedade, clientes e acionistas. **Visão:** Ser uma empresa de excelência em serviços de saneamento ambiental, reconhecida por sua governança corporativa, sustentabilidade e rentabilidade. **Valores:** Comprometimento: Compromisso de todos os integrantes – dos membros do Conselho de Administração aos aprendizes – com o conhecimento e alcance dos objetivos da Companhia para consecução de sua missão institucional;

Ética: Padrões morais de acordo com as crenças básicas da sociedade, leis, regulamentos e expectativas públicas; **Foco na Rentabilidade:** Busca de rentabilidade de seus negócios com compromisso social; **Excelência:** Qualidade superior nos produtos e serviços e atenção à clientela.

11.2 Estrutura Organizacional



Conselho de Administração

Conselho de Administração: constituído, atualmente, por 6 membros com mandato de 2 anos. Aos acionistas minoritários é assegurado o direito de eleger um membro do Conselho de Administração. O Conselho de Administração reúne-se mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente sempre que necessário.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é estabelecido em uma base permanente desde a incorporação e, atualmente, é constituído por 4 membros e 4 suplentes. O Conselho Fiscal da CEDAE se reúne, no mínimo, uma vez ao mês.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria auxilia o Conselho de Administração e é constituído por 3 profissionais independentes dos quais ao menos um é especialista em finanças e contabilidade.

Presidência

Responsável pela implementação e aplicação das determinações da Assembleia Geral, Conselho de Administração e da Diretoria.

Diretorias

A Companhia é composta por sete Diretorias, sendo seus membros eleitos e destituíveis, pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 anos.

12 AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS

12.1 Combate às fraudes de abastecimento de água

A Companhia vem realizando desde o início de 2007 diversas operações para combater as fraudes relacionadas ao abastecimento de água, entre as quais: ligações clandestinas, violações de hidrômetros, impedimento de leitura dos hidrômetros, instalações de equipamentos não autorizados (como os

dispositivos chamados eliminadores de ar), interconexão entre a rede de abastecimento da Companhia com abastecimento oriundo de outras fontes, religações indevidas das interrupções de abastecimento, entre outras. Desde 2007, a Companhia realizou aproximadamente 20.000 autuações, com cobrança de multas administrativas no total de R\$ 17 milhões.

Uma das prioridades da atual gestão é combater todas as ligações clandestinas feitas na rede da Companhia. Além de causar grande prejuízo financeiro, as ligações clandestinas contribuem para desabastecer algumas localidades do Estado. Nesse período houve 800 autuações em que foram calculados o volume de água furtado da Companhia, correspondendo ao valor aproximado de R\$ 15 milhões. Estes valores foram cobrados em conta aos responsáveis, como forma de recuperação de tais perdas. Além de apurar denúncias, a Companhia realiza investigações por satélite para detectar irregularidades. Também são averiguados os clientes com consumo desproporcional às instalações do imóvel. E após detectar a instalação clandestina, os técnicos da Companhia realizam um levantamento do tempo em que essas instalações abasteceram os locais para calcular o valor exato de cada multa.

Os responsáveis são autuados no Artigo 155 do Código Penal (furto de água), o que pode resultar em até cinco anos de prisão.

12.2 Combate às ligações irregulares de esgoto

A fim de melhorar a prestação e a qualidade de seus serviços, a CEDAE realiza como atividades de rotina, a pesquisa e a correção dos focos de poluição, normalmente ocasionados por ligações irregulares nas redes da Companhia.

Em 2013, equipes da Companhia reiniciaram mais um conjunto de ações para encontrar ligações ilegais. Esse trabalho é feito por meio de um procedimento complexo formado pelas etapas de detecção nos corpos hídricos dos pontos com lançamento ativo de poluentes (consequência), rastreamento de seu percurso (meio), identificação da origem (causa), e a eliminação do foco (objetivo).

A presença de esgoto no sistema de drenagem é facilmente diagnosticável, porém extremamente difícil localizar sua origem, que pode estar a quilômetros do ponto de lançamento observado. A eliminação desses lançamentos requer um profundo conhecimento da rede de esgotamento sanitário, depende de investigações locais e é executada por meio de um trabalho minucioso.

12.3 Projeto Sena Limpa

A parceria entre a CEDAE e a Secretaria Estadual do Ambiente, possibilitou iniciar as obras de implantação do sistema de coleta difusa de esgoto do Jardim de Alah, junto ao Canal do Jardim de Alah, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O novo sistema vai garantir o fim do lançamento de esgoto clandestino e águas residuais de qualquer natureza no Canal do Jardim de Alah, por meio das galerias de águas pluviais, assegurando a preservação da qualidade das águas do próprio canal e das praias do Leblon e de Ipanema. As obras integram o projeto Sena Limpa, do Governo do Estado, que combate a poluição em seis praias da cidade. Lançado em 2012, com investimentos de R\$ 150 milhões, o Programa Sena Limpa, do Governo do Estado em parceria com a Prefeitura do Rio, vai despoluir seis das principais praias do Rio. Em diferentes etapas, estão sendo executadas obras de recuperação ambiental das praias de São Conrado, Leblon, Ipanema, Leme e Urca, na Zona Sul, e da Bica, na Ilha do Governador, dentro da Baía de Guanabara.

12.4 Leilões da CEDAE

A CEDAE vem realizando leilões de sucata como meio não só de aumentar a receita como também de investir em educação corporativa. De 2008 até o momento já ocorreram cinco leilões. Eles acontecem de forma online e presencial.

No total, foram vendidas aproximadamente 5 mil toneladas de sucata (ferrosa, bronze, metal, inox, papel e plástico) e inservíveis (informática, mobiliário, material de expediente e pneus). A Companhia já arrecadou mais de R\$ 3 milhões nos seis leilões, que possibilitam ainda a retirada de material sem utilização dos pátios da empresa, deixando a área livre para uso.

12.5 Esgotamento Sanitário da Barra

A CEDAE assinou em 2013, contrato referente a projeto orçado em R\$ 75 milhões, visando atingir a marca de 100% de esgoto tratado na Barra da Tijuca, até 2016 (atualmente a cobertura é de 85%).

Com recursos provenientes do Governo do Estado, através do FECAM, o novo projeto de esgotamento sanitário atenderá às regiões da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, ainda não conectadas no sistema formal da Companhia, além dos novos empreendimentos imobiliários previstos e em construção no bairro, e também às futuras instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos de 2016. O projeto atende aos compromissos do Governo do Estado firmados com o Comitê Olímpico Internacional (COI). As intervenções atendem a todo o esgotamento da futura Vila Olímpica, Vila dos Atletas, Parque dos Atletas, Riocentro, Maria Lenk, Rio II, Cidade Jardim e Centro Metropolitano.

12.6 Eixo Barra - Recreio

A CEDAE assinou em 2013, contratos referentes a investimento de R\$ 65 milhões para o esgotamento sanitário do Eixo Barra-Recreio. Com recursos do Governo do Estado, por meio do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM), o projeto coletará todo o esgoto da área adjacente às avenidas das Américas. Além das futuras instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos de 2016, as intervenções foram projetadas para atender aos empreendimentos imobiliários das próximas duas décadas, o que corresponde a um crescimento populacional próximo a 125 mil pessoas. Os esgotos coletados desta área serão conduzidos à nova Estação Elevatória Restinga de Itapeba, construída dentro de moderna técnica de automação – com redução de consumo de energia elétrica, baixo nível de ruído e sistema de desodorização. Dessa elevatória os esgotos serão conduzidos até à elevatória final do Recreio dos Bandeirantes, em operação, que destina todos os esgotos da região para a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Barra e, na sequência, ao Emissário Submarino.

Esta é mais uma obra que contribuirá para a melhoria das condições do sistema lagunar da Barra da Tijuca, atendendo aos moradores e aos compromissos firmados com o Comitê Olímpico Internacional (COI).

12.7 Ampliação do Sistema de Abastecimento em Campo Grande

O Governo do Estado, por meio da CEDAE, inaugurou em 2013, em Campo Grande, duas importantes obras que vão ampliar em 84 milhões de litros por dia a oferta de água para moradores da região, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

12.8 Ampliação do Sistema de Abastecimento em Rio Bonito

O Governo do Estado, por meio da CEDAE, assinou em 2013, contrato para ampliação do sistema de abastecimento de água das localidades de Boa Esperança e Parque Andréa, no município de Rio Bonito, na Região Leste Fluminense.

O contrato, no valor de R\$ 10,7 milhões, vai garantir o fornecimento de um volume de água oito vezes superior ao atual para cerca de 15 mil moradores da região, com perspectiva de crescimento em função da implantação de novos empreendimentos habitacionais já em execução. **12.9 Ampliação do Sistema de Abastecimento da Baixada**

A Companhia deu início às obras de ampliação do subsistema de abastecimento em Pilar e Jardim das Flores, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. As obras beneficiarão diretamente mais de 3 mil habitantes. Ainda em 2013, a Companhia também iniciou a implantação de redes distribuidoras de água no bairro Rodilândia, em Nova Iguaçu. As obras vão melhorar significativamente o abastecimento de água da região.

12.10 Complementação do Esgotamento Sanitário da Lagoa da Tijuca

O Governo do Estado, por meio da CEDAE, assinou em 2013, contrato para dar início às obras de complementação do esgotamento sanitário da Lagoa da Tijuca. Com investimentos da ordem de R\$ 23 milhões, provenientes da parceria entre a Companhia e a Secretaria de Estado do Ambiente, por meio do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM).

As intervenções contribuirão para elevar as condições de balneabilidade das águas do Sistema Lagunar da Barra da Tijuca, indo ao encontro dos compromissos assumidos com o Comitê Olímpico Internacional (COI). Em 2007 não havia tratamento para o esgoto da região da Barra. Hoje a cobertura é de 85%. Com estas obras haverá a implantação do esgotamento sanitário que atenderá às regiões da Barra da Tijuca e Jacarepaguá ainda não conectadas ao sistema formal da Companhia e às futuras instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos de 2016. Assim a CEDAE atingirá a marca de 100% de esgoto tratado na Barra da Tijuca até 2015.

12.11 Obras de Saneamento no Interior

A CEDAE, em 2013, investiu em obras que vão beneficiar cerca de 300 mil pessoas, de treze municípios da Região Metropolitana e do interior. São intervenções, em sua maioria, para aumentar a oferta de água tratada nesses municípios.

Sapucaia (Distritos de Jamapar): aumento da oferta de água de 40 mil litros para 80 mil litros por hora.

Engenheiro Paulo de Frontin: ampliação do sistema de abastecimento de água, que passará de 20 para 50 litros por segundo.

Seropédica (localidades de Piranema e Boa F): implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Cordeiro: ampliação da Estação de Tratamento de gua (ETA) para 120 litros por segundo.

Santa Maria Madalena (Distrito de Triunfo): reforço do sistema de esgotamento sanitário.

Tanguá: construção de adutora e ampliação da ET. (passará a tratar dos atuais 100 mil para 300 mil litros por hora)

Rio Claro (Fazenda da Grama e Vargem do Inham): melhoria do sistema de abastecimento de água tratada.

São João da Barra (Pipeiras e Palacete): novo sistema de abastecimento de gua.

Maricá: intervenções incluem levar as águas dos distritos de Maricá, Ino e Itaipuaçu.

Pir (Rosa Machado e Enseada das Garças): melhoria do sistema de abastecimento de gua.

Rio das Ostras e Casimiro de Abreu: ampliação de quase 80% do sistema de produção de água tratada, que aumentará sua capacidade de 280 para 500 litros por segundo.

São Francisco de Itabapoana (Região de Gargau): reforço do abastecimento de água tratada.

Vassouras: inauguração do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de São Sebasto dos Ferreiros..

12.12 Fornecimento de água de Reuso

Em 2013 a Companhia assinou o Contrato de Prestação de Serviço com o COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, para fornecimento de água para fins industriais. A gua a ser fornecida será oriunda do processo de retrolavagem dos filtros da Estação de Tratamento de gua - ETA Guandu e estará adequada aos padrões de fornecimento após tratamento simplificado. O contrato prevê um volume de fornecimento de água de até 650 litros por segundo e a previsão é que o sistema comece a funcionar em 2016. O projeto representa um grande avanço ambiental, promovendo e incentivando o reuso de água, tornando-se uma referência em reaproveitamento de recursos hídricos, e é, atualmente, um dos maiores projetos de fornecimento de água de reuso para fins industriais.

13 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Grandes rupturas sempre provocaram a criação de novos modelos na sociedade. Em passado remoto na época das grandes navegações, a visão de mundo se expandiu para a descoberta de outras terras e povos com costumes outrora desconhecidos, mais tarde com a Revolução Industrial praticamente encerra a fase de produção artesanal individual e com o surgimento e uso de máquinas para acelerar e aumentar a produção de bens de consumo. Recentemente, com o advento de inovações tecnológicas envolvendo o tratamento e a velocidade de transporte da informação que passou a se deslocar entre agentes sociais e econômicos de maneira imediata traz como consequência a mudança do modelo mental das pessoas, do modelo das empresas em fazer negócio e da sociedade causando mutações drásticas que às vezes são difíceis de serem acompanhadas. Isto é denominado pelos especialistas como a "era da informação", período este onde estão sendo promovidas mudanças comportamentais de tal monta, na qual a sociedade ainda experimenta resquícios de um modelo pós-industrial que vai desaparecendo, mas que gradualmente d lugar a processos e comportamentos compatíveis com esta era digital.

Vários segmentos empresariais e de governo vêm sofrendo com estas inovações que se propagam em várias áreas e disciplinas com velocidade impressionante mudando comportamentos, processos, sistemas e serviços.

As empresas têm sido pressionadas para repensar rapidamente sua maneira de fazer negócios. Algumas profissões e alguns tipos de ocupação que as pessoas desempenhavam há pouco tempo vêm desaparecendo, porém, em contrapartida, novas atividades e oportunidades estão surgindo. A forma como a sociedade está organizada e a maneira como nos relacionamos uns com os outros têm passando por transformações inadiáveis. Desde 2007, a nova gestão da Companhia, preocupada em dotar a CEDAE de processos e métodos compatíveis com esta nova realidade, iniciou e vem implantando projetos alinhados com o Programa de Modernização Administrativa visando dotar a empresa de maior produtividade, buscando cumprir metas ambiciosas dentro de um processo de mudança para atingir, ano a ano, um modelo de

melhoria contínua. Desde então, a CEDAE vem desenvolvendo ações concretas de modernização de seus processos e já apresenta resultados expressivos como, por exemplo:

13.1 Sistema METRUS

A fim de modernizar o funcionamento do sistema operacional e oferecer um serviço de maior qualidade, a CEDAE vem utilizando um dos sistemas mais modernos e completos destinado às empresas de saneamento, o METRUS, que trata mensalmente mais de 1,7 milhão de contas emitidas para seus clientes. O sistema funciona por meio de dispositivos móveis utilizados por cerca de 500 agentes que efetuam leituras mensais em residências e comércios, tratando os dados de faturamento de consumo dos clientes. O agente possui um dispositivo microcoletor acompanhado de uma impressora portátil, em que é registrado e calculado o consumo do cliente, gerando a fatura mensal no ato da leitura. No início de 2013 o METRUS passou por atualização, e uma versão mais moderna foi implantada e já está em funcionamento em todas as estações de trabalho dos gestores de leitura, corte e hidrometria. A nova versão proporciona mais qualidade, agilidade e controle sobre os resultados das operações realizadas. Hoje, a CEDAE tem  disposição, um sistema totalmente atualizado e preparado para as contínuas evoluções da gestão comercial, com capacidade para acompanhar as permanentes inovações de melhoria de produtividade no sistema. Um recente aperfeiçoamento produziu o módulo independente de faturamento denominado "componente de faturamento" que permite sua utilização independentemente da tecnologia de sistema ou solução a qual seja embarcado. Este componente vem sendo utilizado pelos consórcios de leitura e fiscalização, como têm pelas concessionárias responsáveis pelas novas concessões em formato de parceria com a CEDAE como Foz guas e Foz Macaé.

13.2 Monitoramento do Consumo de água por Telemetria

Na busca por melhorias no controle do consumo de água e visando reduzir perdas no sistema de distribução, a CEDAE vem investindo no Sistema de Monitoramento do Consumo de água por Telemetria. Com esse mecanismo  possível controlar, fornecer, armazenar e transmitir os dados por meio da tecnologia para comunicação de dados sem fio (no caso, GSM/GPRS fornecida por operadoras de telefonia).O sistema de telemetria é capaz de detectar, em tempo real, as anormalidades no consumo, como vazamentos, medidores com defeitos em geral e outros fatores que interferem na regularidade do serviço. Além disso, é um importante instrumento que possibilita detectar e combater possíveis fraudes. A telemetria têm permite agregar valor ao serviço prestado pela Companhia, que tem como meta implementar a tecnologia de monitoramento por telemetria em larga escala. O projeto piloto deste mecanismo já está operando na área comercial, com monitoramento de 100 consumidores, e os resultados são bastante expressivos. O aumento do faturamento, observado nos clientes monitorados, foi da ordem de R\$ 2 milhões mensais, comprovando a viabilidade e a necessidade da implantação do projeto.

13.3 Telemetria do Consumo de Energia Elétrica

Monitora e envia os dados de consumo e demanda das contas de energia de 38 unidades de mdia e alta tensão, que representam cerca de 80% da despesa da Companhia com energia elétrica. Essas informações são acompanhadas online tanto pelos responsáveis por essas unidades quanto pelo pessoal da Assessoria de Gestão de Energia Elétrica, o que permite saber se o consumo de energia está dentro do limite contratado para aquela unidade junto à concessionária.

13.4 Gestão de contas de Concessionárias de Energia

Administra por meio digital 1.400 faturas enviadas pelas concessionárias via Internet e importadas para o Sistema de Gestão de Conta. Além de eliminar possíveis erros de digitação e manter o cadastro atualizado de todas as unidades, essa medida gera relatórios que permitem comparar o custo e o consumo do mês com a média histórica das unidades e o consumo medido pelos equipamentos instalados pela CEDAE com os valores apresentados pelas concessionárias.

13.5 Qualidade da Energia

Monitora via Internet a qualidade da energia fornecida pelas concessionárias a 38 unidades. Dessa forma,  possível identificar com precisão o período do dia em que houver interrupção ou fornecimento inadequado de energia  unidade. Uma vez que os equipamentos são dimensionados para determinada tensão/voltagem, esses problemas podem acarretar graves defeitos em motores gerando prejuízos à empresa.

O sistema, então, funcionará como prova junto à concessionária de energia na cobrança de ressarcimento.

13.6 Parceria CEDAE x GOOGLE

Foi concretizada e ampliada a parceria CEDAE x GOOGLE – Implementação do conceito de computação "em nuvem", que permite ao funcionário acessar arquivos e realizar diferentes tarefas pela internet, sem precisar baixar aplicativos para todo tipo de serviço, já que os dados não ficam armazenados em um computador específico, mas em uma rede.

Além disso, tal tecnologia prov recursos de correio eletrnico, troca de mensagens, armazenamento de arquivos de mdia em nuvem que podem ser acessados de seu microcomputador, notebook, smartphone ou qualquer dispositivo móvel .

Com esta medida minimizou-se a necessidade de aquisição de potentes equipamentos de armazenamento de dados (Storage) , bem como aumentou a confiabilidade e disponibilidade para os usuários.

13.7 Modelagem da Gestão Comercial para a concessionária Foz guas do Brasil

Desde 2012, com a assinatura do Contrato de Interdependência firmado entre CEDAE, Rio guas (poder concedente de esgoto) e a nova concessionária Foz guas 5, a CEDAE vem contribuindo significativamente com a integração de seus sistemas comerciais de leitura e gestão para o início da operação por meio desta nova empresa.

Várias adaptações foram promovidas nos sistemas da CEDAE (leitura, faturamento, arrecadação, cobrança e cadastro) propiciando agilidade na gestão comercial pela nova concessionária que abrange a região da AP5 no município do Rio de Janeiro.

13.8 Modelagem da Parceria Comercial com a concessionária Foz Macaé

Em 2013, com a nova concessão dos serviços de esgoto abrangendo o município de Macaé, a CEDAE vem apoiando o início das operações comerciais pelo novo consórcio, adaptando seus sistemas para serem utilizados pelo parceiro, minimizando assim o tempo com a transio das operações.

13.9 Modernização da Solução de Recursos Humanos

Com a iminente implantação do **E-social** por meio do Ato Declaratório Executivo não 05, de 17 de julho de 2013, emitido pelo Ministério da Fazenda, que pretende integrar ainda mais informações da administração de pessoal das empresas, informando às instituições de controle imediatamente  realização dos eventos de movimentação de pessoal, pagamento e recolhimento de tributos, torna-se inviável diante das limitações da tecnologia usada nos sistemas e rotinas atuais, bem como com os recursos humanos disponíveis adapt-las a tempo para se adequarem aos requisitos e prazos propostos. A Companhia iniciou ainda em 2013, participação em eventos sobre o tema e formando equipes interdisciplinares para analisar e propor alternativas de solução para concretizar este projeto na empresa.

Um dos requisitos definidos é a integração automática de uma nova solução de RH com o sistema de ERP da CEDAE de forma a cumprir e comandar todas as obrigações financeiras da folha, quer sejam salários diretos, recolhimentos ou contribuições como CAC, PRECE, e outros. Assim a ideia é registrar automaticamente e adequadamente no sistema contábil da CEDAE.

Várias novas funcionalidades deverão ser contempladas no novo sistema. Além das funcionalidades atuais, é desejo da Companhia dinamizar atividades de administração de pessoal facilitando a vida de gestores e empregados, tornando mais transparente a administração pública. Diferentemente do sistema concebido e que vem sendo adaptado há mais de duas décadas, que atendia prioritariamente as funcionalidades de administração e pagamento de pessoal, hoje com as tecnologias contemporâneas que permeiam e são largamente utilizadas pela sociedade, facultam a implantação de novas facilidades veiculadas por meio digital e de dispositivos móveis que trazem maior comodidade aos empregados. Busca-se com isto, quando de solicitação de questões de pessoal, evitar deslocamentos desnecessários de empregados que atuam em locais remotos, mas sim tentar equacioná-las onde o trabalhador se encontra. Outra meta do novo sistema de RH que se deseja contratar consiste na revisão de processos da área de Recursos Humanos, com a consequente eliminação de procedimentos burocráticos que nada acrescentam.

14 PROGRAMA DE OBRAS

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO COM RECURSOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL (EM MILHÕES DE R\$)	SALDO EM 2013
REGIÃO METROPOLITANA	1.961,97
REGIÃO BAIXADA FLUMINENSE	362,47
LESTE FLUMINENSE	160,81
INTERIOR DO ESTADO	118,9
PROJETOS	34,6
VALOR TOTAL	2.638,75



RIO DE JANEIRO			
Descrição do projeto de Investimento	População atendida	Saldo dos investimentos R\$ MM	Situação
Melhoria do Sistema de Abastecimento de água da Ilha do Governador	30.000	1,41	PREV TÉRMINO JUN / 2014
Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Paqueta.	24.500	18,58	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Elaboração de Projeto Executivo e execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de água da Zona Oeste – Santa Cruz, Guaratiba e outros	600.000	206,28	PREV TÉRMINO AGO / 2015
Reforço do Sistema do Abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Vargem Grande e Bangu	424.000	88,99	PREV TÉRMINO MAR / 2015

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Tratada da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	872.533	152,28	PREV TÉRMINO JUN / 2015
Obras de esgotamento sanitário do Eixo Olímpico	63.381	32,75	PREV TÉRMINO MAR / 2015
Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do Eixo Barra- Recreio – Restinga de Itapeba	138.201	41,06	PREV TÉRMINO MAR / 2015
Ampliação do Sistema Coletor de Esgotamento Sanitário da Lagoa da Tijuca	424.000	21,61	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Serviços de modernização da Elevatória de Esgotos de São Conrado, respectivo recalque e emissário por gravidade	250.000	15,25	PREV TÉRMINO JUN / 2014
Construção da linha de recalque da Elevatória André Azevedo	350.000	3,73	PREV TÉRMINO JUL / 2014
Programa de Saneamento nos municípios do entorno da Baía de Guanabara (PSAM) (Projetos: Cidade Nova, Esgotamento Sanitário da bacia do Rio Alcântara – São Gonçalo)	750.000	673,23	EM FASE DE ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
Programa de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Recreio, Vargem Grande, Jacarepaguá e Barra da Tijuca	320.000	218	EM FASE DE REVISÃO DO PROJETO E DO ORÇAMENTO
Programa SENA-LIMPA – Praias do Leblon e Leme	80.000	55,83	EM FASE DE REVISÃO DO PROJETO E DO ORÇAMENTO
Programa SENA-LIMPA – Praia da Bica	80.000	8,77	PREV TÉRMINO OUT / 2014
Programa SENA-LIMPA – Praia da Urca	80.000	4,44	PREV TÉRMINO MAI / 2014
Programa SENA-LIMPA – Praia Vermelha	80.000	0,96	PREV TÉRMINO NOV / 2014

SISTEMA ALEGRIA

Complementação do Tronco Coletor Faria Timbó	456.000	159,31	EM FASE DE LICITAÇÃO
Complementação do Tronco Coletor Manguinhos e saneamento da Maré	900.000	189,9	EM FASE DE LICITAÇÃO
Complementação do tratamento secundário da ETE Alegria	1.500.000	69,59	EM FASE DE LICITAÇÃO

REGIÃO METROPOLITANA TOTAL
1.961,97
BELFORD ROXO

Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água para a localidade de Belford Roxo	120.000	24,01	EM FASE DE LICITAÇÃO
Melhoria operacional da rede de abastecimento de água para a localidade de Belford Roxo	23.115	5,37	EM FASE DE LICITAÇÃO
Recuperação da estação de tratamento de esgoto de Joinville	32.000	0,44	PREV TÉRMINO DEZ / 2014

DUQUE DE CAXIAS

Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Eliseos	58.000	28,27	PREV TÉRMINO ABR / 2014
Melhoria operacional da rede de abastecimento de água de Duque de Caxias – Jardim Primavera e outros	26.680	4,16	PREV TÉRMINO OUT / 2014
Melhoria operacional do Sistema de Abastecimento de Água do bairro Parque Fluminense.	35.000	4,6	PREV TÉRMINO JUN / 2014

ITAGUAÍ / SEROPÉDICA

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Seropédica e Itaguaí	106.111	63,85	PREV TÉRMINO JUL / 2015
---	---------	-------	-------------------------

NOVA IGUAÇU

Melhoria operacional do reservatório da Posse através do assentamento de nova linha de recalque a partir do booster de Miguel Couto	129.000	2,86	PREV TÉRMINO OUT / 2014
Melhoria do abastecimento de água tratada para os bairros de Jardim Viga e Jardim Esplanada	33.000	2,48	PREV TÉRMINO OUT / 2014
Melhoria de abastecimento para as localidades de Mesquita e Nova Iguaçu (Sistema JK).	120.000	10,38	PREV TÉRMINO OUT / 2014
Implantação do sistema de abastecimento de água para os bairros de Prados Verdes e Praça São Francisco de Paula.	100.000	14,31	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Melhoria do abastecimento para a localidade de Grão Pará.	102.000	28,31	PREV TÉRMINO MAI / 2015
Substituição de conjuntos girantes em 4 conjuntos motor-bomba na Nova Elevatória da Zona Rural	8.500.000	1,2	PREV TÉRMINO MAI / 2015

MAGÉ

Ampliação do sistema de água tratada da cidade de Magé, Mauá e Suruí	95.814	42,58	PREV TÉRMINO JUN / 2015
--	--------	-------	-------------------------

DIVERSOS MUNICÍPIOS

Recuperação do Sistema de Coleta e Transporte de Esgotos Sanitários da Pavuna	288.000	23,76	PREV TÉRMINO OUT / 2015
Sistema de Coleta e Transporte de Esgotos Sanitários de Sarapuí	127.200	24,56	PREV TÉRMINO SET / 2015
Complementação do Sistema de Coleta e Transporte de Esgoto Sanitário da Pavuna	256.000	11,93	PREV TÉRMINO NOV / 2014
Complementação do Sistema de Coleta e Transporte de Esgoto Sanitário de Sarapuí	127.200	6,56	PREV TÉRMINO SET / 2014
Instalação de macromedidores e válvulas reguladoras de vazão telecomandadas para controle operacional da Adutora da Baixada Fluminense	1.322.338	4,33	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Proteção da tomada d'água do Guandu	15.000.000	58,51	PREV TÉRMINO DEZ / 2015

BAIXADA FLUMINENSE TOTAL
362,47
MARICÁ

Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Inoã e Itaipuaçu.	47.500	21,02	PREV TÉRMINO OUT / 2014
Reforço no Sistema de Abastecimento de Água da Sede do Município de Maricá	40.058	0,3	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Implantação do sistema de abastecimento de água de Ponta Negra	5.600	8,79	PREV TÉRMINO DEZ / 2014

RIO BONITO

Elaboração de Projeto Executivo e execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Rio Bonito	10.000	11,06	PREV TÉRMINO JUN / 2015
--	--------	-------	-------------------------

SAQUAREMA

Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Jaconé	5.600	5,14	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
---	-------	------	-------------------------

TANGUÁ

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Tanguá	34.500	1,00	PREV TÉRMINO JUN / 2014
--	--------	------	-------------------------

SÃO GONÇALO

Melhoria do abastecimento de água tratada nas áreas de abrangência dos reservatórios Marques Maneta, Colubandê, Trindade, Tribobó e Amendoeira.	400.000	45,48	PREV TÉRMINO AGO / 2015
Elaboração de Projeto Executivo e execução de obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Monjolos	66.247	25,42	PREV TÉRMINO MAI / 2015
Obras e serviços de adequação, reforma e melhorias operacionais e do Sistema de Tratamento de Esgotos da ETE São Gonçalo	280.000	7,09	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água Tratada e execução de ligações prediais em São Gonçalo, recuperação do booster e dos reservatórios Marques Maneta, Colubandê, complementação dos Sistemas Ipiiba e Rio do Ouro e outros.	400.000	6,89	PREV TÉRMINO JUN / 2014
Melhoria operacional do Sistema Imunana-Laranjal com a execução da nova adutora de água bruta e otimização da Estação de Tratamento de Água - ETA	1.560.000	25,74	PREV TÉRMINO OUT / 2014
Implantação de rede coletora e ligações domiciliares de esgoto nas bacias dos Rios Mutondo e Coelho	8.266	2,88	PREV TÉRMINO SET / 2014

LESTE FLUMINENSE TOTAL
160,81
BARRA DO PIRAI

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na Sede do Município de Barra do Pirai	95.000	17,79	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
--	--------	-------	-------------------------

PATY DO ALFERES

Reforço do Sistema de Abastecimento de Água de Paty do Alferes	27.766	0,90	PREV TÉRMINO DEZ / 2014
--	--------	------	-------------------------

ITAPERUNA

Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	15,46	PREV TÉRMINO AGO / 2015
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	55,6	PREV TÉRMINO SET / 2015

RIO CLARO

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das localidades de Fazenda da Grama e Vargem do Inhame	1.800	1,50	PREV TÉRMINO JUL / 2014
--	-------	------	-------------------------

SANTA MARIA MADALENA

Reforço do Sistema de esgotamento sanitário do Distrito de Triunfo	400	0,78	PREV TÉRMINO OUT / 2014
--	-----	------	-------------------------

VALENÇA

Ampliação do Sistema de abastecimento de água da sede do município e do distrito de Conservatória	78.437	26,87	PREV TÉRMINO JUL / 2015
---	--------	-------	-------------------------

INTERIOR DO ESTADO TOTAL
118,90

Operação	Descrição do projeto de Investimento	Saldo dos	Situação
351.117-19	Novo Sistema Adutor para a Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes	2,4	EM LICITAÇÃO
351.118-23	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Macaé	1,5	EM LICITAÇÃO
351.119-37	Novo Sistema de Produção e Adução da Baixada Fluminense	3,7	EM LICITAÇÃO
347.399-44	Ampliação do Sistema de Produção de Água Tratada IMUNANA-LARANJAL	2	EM LICITAÇÃO
347.401-89	Estudo de Alternativas de Mananciais, incluindo o reservatório de Juturnaiba para o abastecimento de água na área de influência regional do COMPERJ e do Projeto Básico da ETA da Unidade de Produção	3,5	EM LICITAÇÃO
347.402-93	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Distritos Sede e Boa Esperança, no Município de Rio Bonito	12,2	EM LICITAÇÃO
272.832-96	Esgotamento Sanitário para o Município de São Gonçalo	5,7	EM LICITAÇÃO
272.832-96	Esgotamento Sanitário para o Município de Itaboraí	3,6	EM LICITAÇÃO

PROJETOS TOTAIS:
34,6
15 RECONHECIMENTOS

Empresa Cidadã - A CEDAE recebeu mais uma vez o Certificado de Empresa Cidadã, concedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ). A parceria, criada em 2003, entre o CRC-RJ, a Firjan e a Fecomércio tem como objetivo reconhecer empresas nacionais que se destacam pela transparência na administração das ações sociais e ambientais. A Prece Previdência Complementar também foi agraciada com o reconhecimento.

Fundação Abrinq – A Fundação Abrinq, organização sem fins lucrativos criada em 1990 para defender os direitos das crianças e adolescentes, renovou com a Companhia, a certificação "Empresa Amiga da Criança" que é concedida, exclusivamente, às empresas no país comprometidas com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, que implementam ações em prol da educação, saúde e bem-estar dos jovens. A Fundação é parceira da Internacional Save the Children, a maior e mais antiga instituição internacional atuante na área.

16 RATING

Em 2013, a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating de crédito corporativo 'brAA' à Companhia. A perspectiva do rating é estável, o que reflete as expectativas de que a rentabilidade e a capacidade de geração de fluxo de caixa da Companhia permanecerão estáveis e robustas nos próximos anos.

17 SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com nossos auditores independentes, relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. A Ernst & Young Terco Auditores Independentes s/s foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que em 2013 a Ernst & Young Terco Auditores Independentes s/s não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras.

18 AGRADECIMENTOS

A diretoria executiva da CEDAE agradece ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho e ao excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Luiz Fernando de Souza Pezão, representantes do acionista controlador da Companhia, e aos Senhores acionistas minoritários, representantes dos colegiados pelos seus representantes legais, que a nós depositaram sua confiança na condução dos negócios.

Agradece, também, ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a todos os parceiros financiadores da CEDAE e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Caixa Econômica Federal – CAIXA, Fundo Estadual de Saúde – FES e o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM, pelos recursos aportados para a realização de investimentos e obras fundamentais para a expansão permanente dos serviços de saneamento disponibilizados pela Companhia.

Finalizando, externamos o reconhecimento à participação, dedicação e comprometimento de nossos colaboradores na condução das atividades em busca da melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro e às comunidades que vivem em sua área de concessão pela confiança depositada durante o ano.

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE (denominada "CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da fusão das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara (CEDAG), Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada à Secretaria de Estado de Obras e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- a captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- a coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- a execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - PDBG que é um programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e a execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes - PSBJ com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como FECAM (Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano) e FES (Fundo Estadual de Saúde) ou com recursos da CEDAE.

Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 64 municípios, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 municípios. Na maioria desses municípios, as operações decorrem de contratos firmados por 30 anos.

A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. Neste exercício foi renovada por 30 anos a concessão com o Município de Mangaratiba.

Encontram-se vencidas, até 31 de dezembro de 2013, as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção. (Nota 2.7.2)

Serviços	Município
Água	Angra dos Reis
Água	Cachoeiras de Macacu
Água	Cambuci
Água	Miracema
Água e esgoto	Porciúncula
Água e esgoto	Quissamã
Água e esgoto	São João da Barra
Água e esgoto	Teresópolis

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil do intangível utilizado nos 8 municípios em negociação totalizava R\$ 252.177 tendo gerado receita de R\$ 72.045 (informação não auditada) para o exercício de 2013 (Nota 12).

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar dos clientes dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nos mesmos. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela de volução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do poder concedente de prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. No caso do contrato firmado com o município do Rio de Janeiro, não existe previsão de indenização, no entanto, o contrato possui validade de 50 anos, prazo máximo de depreciação dos bens objeto da concessão e prevê renovação pelo mesmo período. **1. Contexto operacional** - Continuação

As principais concessões em termos de número de economias (*) são:

Concessões de água e esgotamento sanitário				
Município		Número de economias (*)	Início	Término
1	Rio de Janeiro	2.068.742	2007	2057
2	São Gonçalo	229.647	2008	2028
3	Duque de Caxias	154.657	2008	2038
4	Nova Iguaçu	151.546	2004	2034
5	São João de Meriti	117.561	2011	2041
6	Belford Roxo	82.350	2009	2039
7	Macaé	58.397	2011	2041
8	Nilópolis	49.422	2008	2038
9	Rio das Ostras	46.496	2011	2061
10	Mesquita	44.290	2008	2038
11	Itaperuna	30.781	2008	2038
12	Itaguaí	26.906	2011	2041
13	Queimados	23.766	2009	2039
14	Valença	23.547	2009	2039
15	Itaboraí	23.220	2012	2042
16	Barra do Pirai	21.298	2006	2036
17	Magé	16.923	2000	2030
18	Paraíba do Sul	13.000	2008	2038
19	Seropédica	12.376	2009	2039
20	Vassouras	12.117	2008	2048
21	Mangaratiba	12.036	2013	2043
22	Japeri	11.892	2009	2039
23	Maricá	11.244	2008	2028
24	São Fidélis	10.599	2008	2038
25	Rio Bonito	10.066	2011	2031
26	Bom Jesus do Itabapoana	9.926	2011	2041
27	Pirai	8.315	2009	2029
28	Paracambi	8.122	2008	2038
29	Itaocara	7.583	2010	2035
30	Miguel Pereira	7.442	2009	2039
31	Cordeiro	7.340	2001	2031
32	Pinheiral	6.838	2008	2048
33	São Francisco do Itabapoana	6.812	2002	2032
34	Paty do Alferes	6.261	2008	2038
35	Bom Jardim	5.880	2001	2031
36	Casimiro de Abreu (Barra de São João) (**)	5.824	2008	2038
37	Sapucaia	5.227	2010	2035
38	Cantagalo	5.145	2009	2039
39	Natividade	4.291	2008	2038
40	Rio Claro	3.843	2008	2038
41	Aperibé	3.696	2010	2040
42	Italva	3.373	2012	2042
43	Cardoso Moreira	3.082	2002	2027
44	Duas Barras	3.029	2001	2031
45	Macuco	2.636	2002	2032
46	Eng. Paulo de Frontin	2.478	2008	2048
47	Laje do Muriaé	2.202	2013	2043
48	Tanguá	1.871	2008	2033
49	Sumidouro	1.671	2009	2039
50	São Sebastião do Alto	1.576	2002	2032
51	Carapebus	1.469	2008	2038
52	São José de Ubá	1.314	2009	2039
53	Santa Maria Madalena	1.294	2009	2039
54	Varre-sai	1.048	2009	2039
55	Trajano de Moraes	933	2000	2030
56	Saquarema (Distrito de Jaconé) (***)	-	2008	2048

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes. Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo nº 96 do Decreto Estadual nº 553/76, para efeito de cobrança.

(**) No Município de Casimiro de Abreu, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Barra de São João.

(***) No Município de Saquarema, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Jaconé, não possuindo ainda número de economias, por estar em implantação.

1. Contexto operacional - Continuação

Em 5 de janeiro de 2007, foi sancionada a Lei Federal nº 11.445, estabelecendo as diretrizes nacionais e princípios fundamentais à prestação dos serviços, como o controle social, a transparência, o comando de integração das infraestruturas de saneamento básico na gestão de recursos hídricos, bem como o comando para a articulação do setor com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, promoção da saúde e proteção ambiental, dentre outras correlatas. Essas diretrizes visam, também, a melhoria da qualidade de vida com eficiência e a sustentabilidade econômica, possibilitando a adoção de soluções graduais e progressivas, coerentes à capacidade de pagamento dos clientes.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos financeiros, mensurados ao valor justo, quando aplicável.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de março de 2014, autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2.1. Base de preparação—Continuação

(i) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantido pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversabilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto que aqueles com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento (Nota 5.5). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.3. Ativos financeiros—Continuação

2.3.1. Classificação—Continuação

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são conhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o caixa e equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários, as contas a receber de clientes, os depósitos judiciais e demais contas a receber (Nota 5.5). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos por juros e atualização monetária com reflexos no resultado do exercício.

2.3. Ativos financeiros—Continuação

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração de resultado em "receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Companhia.

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Ativos financeiros—Continuação

2.3.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador

uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Ativos mensurados ao custo amortizado—Continuação

(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

• mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

• condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; e

• O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia também classifica os créditos a receber do controlador como ativo não circulante, em decorrência de acordo firmado com o acionista controlador para liquidação desses créditos através de dação de bens intangíveis.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para créditos de liquidação duvidosa («*impairment*»). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.5. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de águas e esgotos são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante.

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente para fazer face às contingências da Companhia.

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado por reavaliação efetuada em 2006, que foi incorporada ao custo do intangível quando da adoção inicial dos novos CPCs/IFRS's em 2010 para os casos de ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para utilização ou venda. A CEDAE estabeleceu que esse período deve ser superior a 12 meses. Esse período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da CEDAE.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento que o mesmo é disponibilizado para uso em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são amortizadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado, conforme os critérios mencionados na Nota 12.

As doações recebidas de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no intangível em contrapartida à receita. Em 2013 e 2012, a Companhia não recebeu doações de intangíveis.

Os projetos de obras em andamento são registrados pelo valor de custo e estão, principalmente, relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros, que são executados pela Secretaria de Obras - SEOBRAS com responsabilidade financeira do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

2.7.1. Contratos de concessão

A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo município quando:

- (i) o município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- (ii) o município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;

(iii) os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível - bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços da CEDAE; e

(iv) a Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

2.7.1. Contratos de concessão--Continuação

A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, (que historicamente se opera através de renovação das concessões) que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%. No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu Balanço Patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.

Ativos intangíveis de concessão, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.7.2. Contratos em processo de renovação

A Companhia possui 8 contratos em processo de renovação, sendo 4 deles (Miracema, Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) encontram-se vencidos e com previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

Municípios		2013	
2012			2013
Mangaratiba	-	4.941	
Miracema		1.064	
1.093			
Porciúncula	253	265	
São João da Barra	2.200	2.261	
Teresópolis		2.199	
207.585			
	205.945	216.145	

2.7. Intangível--Continuação

2.7.2. Contratos em processo de renovação--Continuação

O Município de Mangaratiba teve sua concessão renovada em 13 de setembro de 2013 e os outros quatro municípios (Angra dos Reis, Cachoeiras de Macacu, Cambuci e Quissamã) a Companhia vem prestando serviços a eles ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. De qualquer forma, mesmo que haja interrupção dos serviços prestados, o que não é esperado, os montantes dos saldos contábeis do intangível não são relevantes, conforme abaixo demonstrado e estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. (Nota 12(ii))

Município	Intangível	
		2013
2012		
Angra dos Reis	9.247	9.468
Cachoeiras de Macacu	32.048	32.800
Cambuci		3.253
3.342		
Quissamã		1.684
1.724		
	46.232	47.334

A Companhia tem a expectativa de que os referidos contratos sejam renovados e vem recorrentemente trabalhando para esse propósito.

2.7.3 Licenças de uso de software

As licenças de uso de *software* e de sistemas de gestão empresarial adquiridos são capitalizados e amortizados ao longo da vida útil, e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, reduzido das depreciações de bens do imobilizado calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 13.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados

através de operações futuras.

2.10. Empreiteiros e fornecedores

Os contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Os contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (Nota 5.5).

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado (Nota 5.5). Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Conforme mencionado na Nota 14, em dezembro de 2011, a Companhia captou recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Os saldos de operações da controladora (CEDAE) com o FIDC em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são os seguintes:

	2013	2012
Ativo		
Depósitos bancários	6	5
NTN - Notas do Tesouro Nacional (i)	11.838	30.204
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (i)	94.340	59.931
Operações de crédito (ii)	846.626	1.010.183
Total do ativo	952.810	1.100.323
Passivo		
Outras obrigações	163	177
Patrimônio líquido (iii)	952.647	1.100.146
Total de passivo	952.810	1.100.323

As demonstrações financeiras da Companhia incluem os saldos acima demonstrados, sendo:

- (i) os títulos públicos demonstrados na rubrica de títulos e valores mobiliários (Nota 7);
- (ii) o saldo de operações de créditos permanece apresentado no grupo de contas a receber de clientes; e
- (iii) o patrimônio líquido é refletido na conta de empréstimos e financiamentos (Nota 14).

2.12. Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), como resultado de eventos já ocorridos, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem as parcelas corrente e diferida desses tributos.

Os impostos sobre a renda que se encontram dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro (IAS 12), são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, nas datas dos balanços da Companhia. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.15. Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

Os custos com planos de pensão (PRECE I, II, III e CV), plano de assistência médica (CAC) e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.

A Companhia reconhece, de forma imediata em outros resultados abrangentes, os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais.

(a.1) Plano de benefício definido

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (PRECE I, II e PRECE CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos é utilizado pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

(a.2) Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida (PRECE III e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 20).

(a.2) Plano de contribuição definida--Continuação

(a.2.1) Plano de contribuição variável (Plano PRECE CV)

O Plano PRECE CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano PRECE I, de caráter de Benefício Definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposto a menos riscos.

No Plano PRECE CV o benefício é desvinculado do INSS, o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

(a.3) Plano de assistência médica (CAC)

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanece trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante a dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(a.4) Prêmio de aposentadoria

A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente a proporção de tempo de serviço prestado a CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos na cláusula 13º do referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- (i) 10 (dez) pisos salariais àquele que possua 30 (trinta) ou mais anos de serviço; e
- (ii) aquele que possua 10 (dez) ou mais anos e menos de 30 (trinta) anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

Aplicação retrospectiva CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do CPC referente ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19).

Este pronunciamento é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor (que não se aplica para a CEDAE) e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial (que não produziu impacto retrospectivo relevante). De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

2.16. Dividendos

Dividendos mínimos, tal como definido pela legislação societária brasileira e pelo Estatuto Social da Companhia, declarados entre a data do balanço e a da autorização de emissão das demonstrações financeiras são reconhecidos como passivo no final do exercício, a menos que o acionista decline dos seus direitos sobre os dividendos mínimos.

2.17. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.18. Reconhecimento da receita

Prestação de serviço - fornecimento de água e coleta de esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre as mesmas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os bens ou os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão reavaliadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) Impostos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social de forma não-cumulativa - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência. O faturamento dos órgãos e empresas governamentais são tributáveis quando da liquidação das faturas.

Impostos sobre receitas - Continuação

Esses tributos são apresentados pelos seus valores brutos como deduções da receita bruta (Nota 23). Os débitos e os créditos fiscais decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas da demonstração do resultado.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.20. Apresentação de informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa o que não permite uma análise segmentada desta natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as políticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar das demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

3. Novos pronunciamentos e interpretações

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28) - A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

- CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (IAS 24) - contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre a sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IAS 27) - contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13) - contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19) - contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

3.2. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

O IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 (CPC 38) - “Instrumentos Financeiros”: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurado ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Administração da Companhia avaliou que o impacto total dessas alterações em suas demonstrações financeiras, se houver, não será significativo. A norma era originalmente aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e foi alterada para 1º de janeiro de 2015.
- IFRIC 21 - Tributos (ainda sem ICPER correspondente): A interpretação esclareceu quando uma entidade

deve reconhecer uma obrigação para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em ocorrência do tingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 é aplicável para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração da Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (CPC 38): As alterações à IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”. A Administração da Companhia avaliou que a adoção das alterações do IAS 32 não terá impacto materiais nas demonstrações financeiras.

As alterações acima mencionadas ainda não foram editadas pelo CPC.

No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC / CVM, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 8.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas considerando uma variedade de fatores, entre eles: a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e com o Pronunciamento CPC 04 (R1) Ativo Intangível. A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 12.

Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao poder concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.

O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis.

A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significante nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

(c) Perda (*impairment*) estimada de ativos imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do Contrato de Concessão, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de *impairment* (Nota 2.9).

Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (7,48%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

	Cenário I	Cenário II
	WACC -	WACC -
2013	6,48 %	8,48 %
Valor líquido dos ativos imobilizado e intangível	9.365.442	9.365.442
Fluxo de caixa descontado	15.667.744	12.270.769
Provisão de perda (<i>impairment</i>)		

Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

d) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 20.

Conforme mencionado na Nota 20, a Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2013 a tábua de mortalidade AT-83, específica por sexo.

e) Provisões

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 17. A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O registro de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para não recuperação feita com relação a eventuais prejuízos fiscais depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseado nas vendas, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável:

	2013	2012
UPR - Unidade Padrão de Referência	136. 770	155.522

TR - Taxa Referencial	67.498	175.809
IGPM - Índice Geral de Preços	-	16.839
UFIR - Unidade Fiscal de Referência	9.806	-
CDI - Certificado de Depósitos Interbancários	746.317	502.232
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo + 8,5% a.a.	504.698	596.934
INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor	607.507	-

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

b.1) Clientes públicos

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para débitos vencidos a mais de 180 dias de responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais (Nota 8).

b.2) Demais clientes

Venda a uma base de clientes geograficamente dispersa. Na Legislação Estadual de Saneamento o devedor é o imóvel ocupado, portanto, todos os valores devidos são atrelados ao mesmo e caso estes não sejam liquidados, ficam imputados em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa do débito após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

b.3) Exposição ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço (Notas 6 a 8).

c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

		Entre um	Entre dois	Acima	
	Menos de	e dois	e cinco	de cinco	
	um ano (ii)	anos (ii)	anos (ii)	anos (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2013 (i)					
Empréstimos e financiamentos	472.188	444.728	851.941	103.535	1.872.392
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	70.799	66.450	547.529	392.257	1.077.035
Empreiteiros e fornecedores	106.805	-	-	-	106.805
Outras contas a pagar	29.578	-	-	21.775	51.354
Em 31 de dezembro de 2012 (i)					
Empréstimos e financiamentos	454.704	386.192	934.453	72.278	1.847.627
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	172.235	161.888	584.974	18.312	937.409
Empreiteiros e fornecedores	164.001	-	-	-	164.001
Outras contas a pagar	46.008	-	-	21.775	67.783

Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.

As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em determinações da Administração da Companhia.

Conforme demonstrado no quadro acima e detalhado na Nota 14, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e, conseqüente alongamento dos prazos de pagamento.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumariados:

	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 14)	1.382.557	1.378.861
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(22.133)	(90.986)
Dívida líquida	1.360.424	1.287.875
Total do patrimônio líquido	4.964.930	4.670.377
Capitalização total	6.325.354	5.958.252
Índice de alavancagem financeira - %	22	22

5.3. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros Evidenciação (IFRS 7) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

• O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. Esses preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50, classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo por meio de resultado, estão incluídos no Nível 1.

• O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; o valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;

o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, relacionados na Nota 5.5, se aproximam dos seus valores de mercado.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

• **Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

• **Empréstimos e financiamentos**

As taxas de juros dos empréstimos contratados se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos é similar aos de mercado, inclusive com relação ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), cuja captação se deu no final do exercício de 2011 (Nota 14).

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

5.5. Instrumentos financeiros por categoria

2013			
Ativos ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros

Ativos conforme balanço patrimonial

Caixa e equivalentes de caixa	48	22.085	-	-
Títulos e valores mobiliários	215.573	17.794	-	-
Contas a receber de clientes, líquido	-	903.282	-	-
Depósitos judiciais	-	920.924	-	-
Outros créditos	-	14.312	-	-

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.382.557
Empreiteiros e fornecedores	-	-	-	106.805
Outros parcelamentos	-	-	-	192.952
Outras contas a pagar	-	-	-	236.472

2012			
Ativos ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros

Ativos conforme balanço patrimonial

Caixa e equivalentes de caixa	64.610	-	26.376	-
Títulos e valores mobiliários	-	84.313	30.048	-
Contas a receber de clientes, líquido	-	-	940.247	-
Depósitos judiciais	-	-	703.554	-
Outros créditos	-	-	42.032	-

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.378.861
Empreiteiros e fornecedores	-	-	-	164.001
Outros parcelamentos	-	-	-	253.192
Outras contas a pagar	-	-	-	236.744

5.6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2013	2012
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo	22.133	90.986
Títulos e valores mobiliários	233.367	114.361
brAAA	255.500	205.347
Depósitos e bloqueios judiciais (brAAA)	920.924	703.554

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de *rating* das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais.

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Bradesco	AAA	Aaa.br	brAAA
Banco do Brasil S.A.	AAA	-	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Aaa.br	brAAA

5.7. Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução CVM nº 475/08, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2014 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Cenário I

31 de março de 2014				
Instrumentos financeiros	Risco	Provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%

Ativo financeiro

Aplicações financeiras	CDI	124.489	125.115	125.741
Passivo financeiro				
Banco do Brasil	TR	26.158	26.162	26.165
Caixa Econômica Federal	UPR	136.838	136.855	136.873
Debênture (2ª emissão)	CDI	64.633	64.958	65.283
Debênture (3ª emissão)	CDI	121.305	121.915	122.525
Debênture (4ª emissão)	CDI	204.106	205.132	206.159

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (1ª série)	CDI	361.587	363.405	365.224
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (2ª série)	IPCA	512.091	513.940	515.788

	Taxa projetada para 31 de março de	Aumento da taxa em	
	2014	25%	50%
CDI - trimestral	2,05%	2,57%	3,08%
TR – trimestral	0,05%	0,06%	0,08%
UPR - trimestral	0,05%	0,06%	0,08%
IPCA - trimestral	1,46%	1,83%	2,20%

5.7. Análise de sensibilidade--Continuação

Cenário II

Instrumentos financeiros	Risco	Provável	31 de março de 2014	
			Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	124.489	123.863	123.237
Passivo financeiro				
Banco do Brasil	TR	26.158	26.155	26.152
Caixa Econômica Federal	UPR	136.838	136.821	136.804
Debênture (2ª emissão)	CDI	64.633	64.308	63.983
Debênture (3ª emissão)	CDI	121.305	120.695	120.085
Debênture (4ª emissão)	CDI	204.106	203.079	202.053
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios 1ª (série)	CDI	361.587	359.768	357.950
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios 2ª (série)	IPCA	512.091	510.243	508.394

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de	Redução da taxa em	
	2014	25%	50%
CDI - trimestral	2,05%	1,54%	1,03%
TR – trimestral	0,05%	0,04%	0,03%
UPR - trimestral	0,05%	0,04%	0,03%
IPCA – trimestral	1,46%	1,10%	0,73%

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Recursos em banco e em caixa	22.085	26.376
Depósitos bancários de curto prazo	48	64.610
	22.133	90.986

Em 2012 o excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

Fundos de investimentos e aplicações	2013	2012
Fundo de Investimentos Caixa Cedae RJ Renda Fixa Longo Prazo (*)	-	13.215
Fundo de Investimentos Fidelidade II Caixa Econômica Federal	-	3.680
Banco do Brasil fundo Investimentos FIC Excelência 33 (*)	-	826
Fundo de Investimentos Bradesco Invest Plus	-	40.135
Fundo de Investimentos Bradesco Gov	-	6.348
Outros	48	406
Circulante	48	64.610

A carteira do fundo exclusivo Banco do Brasil Fundo Investimento FIC Excelência 33, é composta exclusivamente por cotas do BB Top Governo Fundo de investimento em Renda Fixa Longo Prazo, aberto a outros cotistas.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, exceto os recursos dados em garantia (Nota 7).

Estes ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

7. Títulos e valores mobiliários

Fundos de investimentos e aplicações (Circulantes)	2013	2012
Fundo de Investimentos Bradesco Invest Plus	68.991	-
Fundo de Investimentos Caixa Cedae RJ Renda Fixa Longo Prazo (*)	45.596	-
Banco do Brasil fundo Investimentos FIC Excelência 33 (*)	6.384	-
Fundo de Investimentos Bradesco Gov	637	-
Outros	329	-
	121.937	

Fundos de investimentos e aplicações (Não Circulantes)	2013	2012
--	------	------

Fundo de Investimentos Caixa Cedae RJ Renda Fixa Longo Prazo	-	24.402
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - CEDAE - Quotas Subordinadas (Nota 14-(c))	93.636	84.313
Aplicação FIDC	13.294	5.646
Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Cedae	4.500	-
	111.430	114.361

(*) Fundos exclusivos.

A Companhia possui o fundo de investimento exclusivo Caixa Cedae RJ Renda Fixa Longo Prazo composto por cotas do Fundo de Investimento Caixa TPF Soberano Renda Fixa Longo Prazo, aberto a outros cotistas. O montante de R\$ 24.402 em 31 de dezembro de 2012 era composto exclusivamente por quotas do Fundo de Investimento Caixa TPF Soberano Renda Fixa Longo Prazo, aberto a outros cotistas e foram dados como garantia de contrato de locação, cujo vencimento era de prazo indeterminado e foi totalmente resgatado em 2013.

O valor de R\$ 93.636 (R\$ 84.313 em 31 de dezembro de 2012) refere-se à aquisição de Quotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - CEDAE. A carteira do respectivo fundo é composta de aplicações em títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro). (Nota 2.11) O valor do R\$ 4.500 refere-se à participação das cotas no Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Cedae. As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, no exercício de 2013 totalizaram R\$ 17.652 (R\$ 13.275 em 31 de dezembro de 2012) (Nota 25 (b)).

8. Contas a receber de clientes líquidas

	2013	2012
Contas a receber de clientes	8.941.285	8.142.315
Parcelamento de débitos (a)	288.329	281.029
	9.229.614	8.423.344
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.771.784)	(7.929.483)
	457.830	493.861
Consumo a faturar (b)	445.452	446.386
Contas a receber de clientes, líquido	903.282	940.247
Parcela circulante	896.867	932.896
Parcela não circulante (c)	6.415	7.351
	903.282	940.247

Parcelamento de débitos refere-se a saldos renegociados de clientes. A Companhia constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre a totalidade do saldo do cliente que possui qualquer das parcelas de seu contrato de renegociação inadimplente. O saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2013 sobre o saldo de parcelamento de contas é de R\$ 166.423 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 174.739). Consumo a faturar refere-se a serviços prestados até o encerramento do exercício, cuja medição será realizada pela Companhia no mês subsequente.

O valor refere-se a parcelamento de longo prazo do parcelamento de créditos a receber do nosso cliente Supervia - Trens Urbanos com previsão de término para 2018.

8.1. Créditos junto aos municípios

a) Rio de Janeiro

Em 28 de setembro de 2012, a Companhia promoveu, com o Município do Rio de Janeiro, encontro de contas envolvendo a compensação dos seguintes valores:

baixa dos valores históricos do saldo de contas a receber em atraso no montante de R\$ 220.575 referentes ao período de janeiro de 1993 a julho de 2012. Esse contas a receber foi acrescido de R\$ 135.529 correspondente a atualização monetária, juros e multa, reconhecido no resultado do exercício na rubrica receitas financeiras (Nota 25 (b)), e totalizou R\$ 368.350.

reembolso à CEDAE de perdas no montante de R\$ 11.490 referentes a custas e acordos judiciais sobre o esgotamento sanitário na área da AP-5 reconhecido no resultado do exercício na rubrica outras receitas e despesas operacionais (Nota 26(c)).

baixa de valores a pagar, anteriormente reconhecidos pela CEDAE, relativos a dívidas de IPTU e autos de infração no montante de R\$ 317.360.

liquidação de repasses da CEDAE ao Município no montante de R\$ 67.940, registrado em fornecedores, referentes ao esgotamento sanitário na área da AP-5 do período de junho de 2011 a julho de 2012.

reembolso da CEDAE ao município de pagamentos de contas de água e esgoto efetuados em duplicidade no montante de R\$ 4.070, reconhecido no resultado do exercício na rubrica outras receitas e despesas operacionais.

o crédito remanescente do Município perante a CEDAE no valor de R\$ 21.775 será objeto de nova repactuação entre as partes.

8.1. Créditos junto aos municípios--Continuação

b) Demais municípios

Para os 35 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$ 47.484 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 40.800), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída para os débitos em aberto, acima de 180 dias no montante de R\$ 102.659 (31 de dezembro de 2012 R\$ 72.894).

A Companhia forneceu como garantia para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC - CEDAE), os valores de recebíveis futuros das economias abrangidas pelo Município do Rio de Janeiro, excetuada a Área de Planejamento 5 (AP-5) que compreende 21 bairros da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Os valores arrecadados pela Companhia na região da AP5 correspondem a receita pertencentes ao Município do Rio de Janeiro e são repassados na sua totalidade ao Município, líquido dos impostos incidentes.

8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

O Estado e a CEDAE celebraram contrato de Encontro de Contas em 8 de agosto de 2007, por meio do qual reconheciam ser, em um só tempo, devedor e credor, tendo a CEDAE quitado sua dívida perante o Estado, permanecendo, no entanto, como credora do Estado referente a faturas de serviço não pagas ao longo dos últimos anos. Tal débito reconhecido pelo Estado se encontrava registrado no balanço patrimonial da CEDAE.

Em 19 de setembro de 2012 a Companhia promoveu, com o Estado do Rio de Janeiro, renegociação dos saldos a receber em aberto, cujos valores foram posteriormente revisados, tendo gerado o 2º Termo Aditivo assinado em 27 de dezembro de 2012 e o 3º Termo Aditivo assinado em 15 de março de 2013. Os valores base para essa renegociação, de acordo com o 3º Termo correspondem a:

Baixa dos valores históricos do saldo de contas a receber decorrente da prestação de serviços de água em atraso até junho de 2012 no montante de R\$ 508.038.

Baixa dos valores históricos do saldo acumulado de contas a receber até 31 de agosto de 2012, decorrente da cessão de funcionários cedidos para outros órgãos da Administração Estadual no montante de R\$ 25.172.

O Estado do Rio de Janeiro reconheceu no Termo Aditivo final a quantia devida de R\$ 533.211 e efetuará a quitação do respectivo débito através da realização da dação em pagamento para a CEDAE de bens e obras relativos ao tratamento de água orçadas em R\$ 532.797. O saldo restante, no montante de R\$ 414 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 5.811) será motivo de futura renegociação.

Em 31 de dezembro de 2013, as obras que estão sendo efetuadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para quitação da dívida estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "obras em andamento" no intangível (Nota 12).

	Valor total da obra	Valor faturado/ incorrido da obra (Nota 12)	Saldo	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	(3.430)	10.500	Setembro 2013
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu	62.385	(44.296)	18.089	Setembro 2013
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	(19.018)	-	Junho 2013
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	(67.798)	141.528	Março 2014
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Outros	228.138	-	228.138	Dezembro 2014
Valores em reconhecimento de dívida	414	-	414	
	533.211	(134.542)	398.669	

Considerando que a quitação da respectiva dívida se dará através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia aliado ao fato do histórico recente de obras recebidas do Estado, a Administração considera provável tanto a finalização quanto o recebimento das

obras no prazo de cinco anos estabelecido no acordo. Com o referido Encontro de Contas assinado em 19 de setembro de 2012 e demais aditivos, as obras que o Governo do Estado venha a executar no futuro e que não estejam incluídas na relação acima serão consideradas como cessão não onerosa de uso e, consequentemente, não serão consideradas como intangível da Companhia, descontinuando o procedimento de registro dos bens recebidos em contrapartida a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Sendo assim, a Companhia baixou parte da parcela dos ativos intangíveis registrados em contrapartida ao saldo remanescente de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), registrados em suas demonstrações financeiras naquele momento. Em dezembro de 2013, a Companhia assinou com seu acionista controlador "o Estado do Rio de Janeiro" o Quarto Termo de Encontro de Contas, objetivando a quitação de créditos a receber dos órgãos da estrutura administrativa do Estado, oriundos do fornecimento de água e coleta de esgoto no montante de R\$ 35.840. Esse valor foi liquidado com a utilização dos recursos do Estado contabilizados na Companhia, originários de dividendos a pagar na importância de R\$ 38.710, restando ainda, a favor do Estado o crédito no valor de R\$ 2.870, conforme demonstrado a seguir. Tal encontro de contas foi viabilizado com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro no fluxo de caixa da Companhia.

	2013
Dividendos a pagar	38.710
Créditos a receber de água e esgoto	(35.840)
	2.870

8.3. Créditos junto aos órgãos federais

Foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para os débitos dos órgãos federais vencidos há mais de 180 dias no valor de R\$ 90.353 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 75.567).

8.4. Composição de contas a receber de clientes por idade

A composição por idade dos valores a receber brutos e líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	2013	%	2012	%
A vencer	319.141	3,46	313.879	3,72
Vencidas até 30 dias	118.493	1,28	136.058	1,62
Vencidas de 31 a 60 dias	87.953	0,95	108.525	1,29
Vencidas de 61 a 90 dias	77.031	0,83	82.476	0,98
Vencidas de 91 a 180 dias	315.769	3,42	315.820	3,75
Vencidas mais de 180 dias	8.311.227	90,06	7.466.586	88,64
	9.229.614	100,00	8.423.344	100,00

	2013	%	2012	%
A vencer	152.623	16,90	139.030	14,78
Vencidas até 30 dias	117.845	13,05	135.476	14,41
Vencidas de 31 a 60 dias	87.387	9,67	107.975	11,48
Vencidas de 61 a 90 dias	76.448	8,46	81.955	8,72
Vencidas de 91 a 180 dias	23.527	2,60	29.425	3,13
Valores a faturar	445.452	49,32	446.386	47,48
	903.282	100,00	940.247	100,00

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia adota o seguinte critério para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldos vencidos há mais de 90 dias, junto a terceiros.

Saldos vencidos há mais de 180 dias junto a órgão da Administração Pública, incluindo o Governo do Estado e o Município do Rio de Janeiro.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2012 e 2013, encontra-se detalhada a seguir:

	Administração pública				2012
	Federal	Estadual	Municípios	Terceiros	Total
A vencer	3.055	1.942	4.892	303.990	313.879
Vencidos até 30 dias	3.246	7.828	4.977	120.007	136.058
Vencidos de 31 a 60 dias	2.356	6.033	4.404	95.732	108.525
Vencidos de 61 a 90 dias	1.463	2.714	2.860	75.439	82.476
Vencidos de 91 a 180 dias	4.175	17.081	9.561	285.003	315.820
Vencidos há mais de 180 dias	75.567	35.617	110.539	7.244.863	7.466.586
Total em 31 de dezembro de 2012	89.862	71.215	137.233	8.125.034	8.423.344

	Administração Pública				2013
	Federal	Estadual	Municípios	Terceiros	Total
A vencer	4.229	2.281	4.180	308.451	319.141
Vencidos até 30 dias	6.527	4.558	4.713	102.695	118.493
Vencidos de 31 a 60 dias	3.162	3.640	3.631	77.520	87.953
Vencidos de 61 a 90 dias	2.629	1.940	3.199	69.263	77.031
Vencidos de 91 a 180 dias	5.039	8.573	11.626	290.531	315.769
Vencidos há mais de 180 dias	90.353	23.555	146.539	8.050.780	8.311.227
Total em 31 de dezembro de 2013	111.939	44.547	173.888	8.899.240	9.229.614

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	(7.083.930)
Ajuste no valor justo da receita (*)	(131.635)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 24)	(894.620)
Reversão de provisão (Nota 24)	180.702
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(7.929.483)
Ajuste no valor justo da receita (*)	(197.316)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 24)	(768.719)
Reversão de provisão (Nota 24)	123.734
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(8.771.784)

(*) Refere-se a faturamento de 2012 e 2013 efetuados com base em estimativas e que não se realizaram subsequentemente.

Esse montante é registrado a crédito da provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida às receitas brutas do exercício.

9. Tributos a recuperar

	2013	2012
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")(a)	12.033	11.653
CSL retida na fonte (a)	2.584	2.502
IRRF sobre aplicações financeiras	1.183	2.587
IRPJ a recuperar	-	13.355
Antecipações de IRPJ e CSLL	12.357	-
CSLL a recuperar	-	3.989
COFINS a recuperar	1.560	4.071
PASEP a recuperar	209	3.026
	29.926	41.183
Provisão para perdas (<i>impairment</i>) (a)	(14.617)	(14.155)
	15.309	27.028

Refere-se a provisões para *impairment* de R\$ 12.033 (2012 - R\$ 11.653) de imposto de renda e de R\$ 2.584 (2012 - R\$ 2.502) de contribuição social, ambos retidos quando da emissão das contas de água e esgotos, tendo em vista o período prescricional da antecipação tributária. A Companhia questiona junto ao Poder Judiciário tal prescrição e, até o momento, não obteve uma decisão final, estando a ação judicial, após perícia, concluída aguardando sentença.

10. Outros créditos - não circulante

	2013	2012
Valores a receber por cessão de funcionários (a)	9.000	9.096
Valores a receber por conta de terceiros (b)	6.112	13.445
PASEP/COFINS a recuperar (c)	3.154	2.054
Despesas antecipadas (d)	4.961	26.527
	23.227	51.122
Provisão para perdas (<i>impairment</i>) (a)	(8.915)	(9.090)
	14.312	42.032

(a) Refere-se aos valores a serem reembolsados pelos órgãos da Administração Pública estadual e municipal, pela cessão de funcionários por parte da Companhia.

A Companhia possui provisão para perda (*impairment*) sobre a totalidade dos valores a serem reembolsados pelos órgãos municipais, no valor de R\$ 8.915 (R\$ 9.090 em 31 de dezembro de 2012), em virtude da falta de expectativa por parte da Companhia em relação à recuperação desses créditos.

(b) Valores a receber por conta de terceiros decorrentes da promulgação, em 3 de agosto de 2009, do Decreto nº 41.974, que regulamentou a Lei nº 4.247 de 16 de dezembro de 2003, possibilitando o repasse ao consumidor final dos valores devidos de taxa de recursos hídricos de maio de 2008 a dezembro de 2009 e que montavam aproximadamente R\$ 40.000. Este valor foi parcelado pela Companhia em 60 vezes e, está sendo pago desde novembro de 2009. O saldo vem sendo repassado ao INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Para maiores detalhes vide Nota 21(c).

(c) Calculados sobre os créditos a recuperar de insumos quando do diferimento do faturamento a órgãos públicos.

O valor é referente a contrato de publicidade assinado em 2008, cuja veiculação ocorrerá durante o período de 60 meses (R\$ 4.961 em 31 de dezembro de 2013 e também em 31 de dezembro de 2012) e de encargos a transcorrer do FIDC R\$ 15.254 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 21.566 em 31 de dezembro de 2012) e que serão apropriados ao resultado ao longo de 66 meses (Nota 14 (c)).

11. Transações com partes relacionadas

(i) Transações e saldos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, possuía os seguintes saldos com o seu acionista controlador, o Estado do Rio de Janeiro e órgãos relacionados:

	2013	2012
Ativo		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	44.547	71.215
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	85	6
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro	398.669	432.078
Adiantamento ao Controlador (c)	13.278	12.204
Adiantamento à CAC	5.113	-
	461.692	515.503
Passivo		
Mútuo com o Controlador	(3.499)	(3.499)
INEA - Instituto Estadual do Ambiente (Nota 21)	(7.589)	(15.790)
PRECE - Previdência Complementar (d)	(1.009.989)	(1.097.939)
CAC - Caixa de Assistência dos Servidores (d)	(621.909)	(599.283)
	(1.645.986)	(1.716.511)
Saldo líquido	(1.181.294)	(1.201.008)
Resultado		
Serviços de abastecimento de água e esgoto (e)	73.582	108.259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(23.555)	(35.617)
Passivo atuarial (Nota 20)	(127.561)	(119.418)
INEA - Instituto Estadual do Ambiente (f)	(22.847)	(22.693)
	(100.381)	(69.469)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) atuariais - PRECE e CAC (Nota 20)	(274.483)	(346.752)

(i) Transações e saldos--Continuação

(a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.

Valores a receber por cessão de funcionários são valores a receber relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais (Nota 10 (a)).

Refere-se a adiantamento de repasse financeiro para o Estado do Rio de Janeiro para execução através da SEOBAS, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do Estado. Alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, sendo que esses ativos serão transferidos à Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado e a Companhia em 20 de abril de 2011.

Os saldos do passivo atuarial com a PRECE - Previdência Privada e CAC - Caixa de Assistência aos servidores, estão devidamente demonstrados na Nota 20.

Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros (Nota 8).

Refere-se a valores pagos ao INEA pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Salários e encargos sociais	5.600	5.125
Planos de aposentadoria e pensão	69	39
Outros benefícios pós-emprego – CAC	360	326
Outros	41	42
	6.070	5.532

Os honorários do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2013, na proporção de 80% em relação à remuneração efetuada aos membros do Conselho de Administração, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de outubro de 2013.

12. Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2013	2012
Contratos em negociação	285.726	(33.549)	252.177	263.479
Contratos programas	212.122	(24.006)	188.116	193.568
Contratos concessão	982.663	(146.647)	836.016	848.167
Município do Rio de Janeiro	5.256.749	(604.572)	4.652.177	4.815.605
Intangíveis não afetos	4.333.556	(579.500)	3.754.056	3.861.204
Licenças de uso de software	3.916	(2.318)	1.598	2.397
Obras em andamento	395.811	-	395.811	349.808
	11.470.543	(1.390.592)	10.079.951	10.334.228

12. Intangível--Continuação

	2011	Adições(*)	Baixa	Amortização	Transferências	2012
Intangíveis decorrentes de						
Contratos em negociação	514.938	-	-	(6.582)	(244.877)	263.479
Contratos programas	198.262	-	-	(4.694)	-	193.568
Contratos concessão	868.650	13	-	(27.930)	7.434	848.167
Município do Rio de Janeiro	4.943.125	542	(5)	(130.999)	2.942	4.815.605
Intangíveis não afetos	3.730.306	703	(26)	(109.804)	240.025	3.861.204
Licenças de uso de software	3.196	-	-	(799)	-	2.397
Obras em andamento	282.390	100.719	(27.777)	-	(5.524)	349.808
	10.540.867	101.977	(27.808)	(280.808)	-	10.334.228

	2012	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	de 2013
Intangíveis decorrentes de							
Contratos em negociação	263.479	-	-	(6.361)	-	(4.941)	252.177
Contratos programas	193.568	-	-	(4.677)	-	(775)	188.116
Contratos concessão	848.167	91	-	(26.711)	-	14.469	836.016
Município do Rio de Janeiro	4.815.605	582	-	(129.756)	(34.254)	-	4.652.177
Intangíveis não afetos	3.861.204	731	-	(108.564)	(201)	886	3.754.056
Licenças de uso de software	2.397	-	-	(799)	-	-	1.598
Obras em andamento	349.808	52.539	(6.536)	-	-	-	395.811
	10.334.228	53.943	(6.536)	(276.868)	(34.455)	9.639	10.079.951

(*) As adições ocorridas no exercício totalizaram R\$ 53.942 (R\$ 101.977 em 2012), sendo R\$ 34.047 (R\$ 100.719 em 2012) realizadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro como forma de quitação de dívida conforme detalhado na Nota 8.2, R\$ 18.491 Com recursos do INEA - Instituto Estadual do Ambiente e R\$ 19.895 realizadas com recursos próprios.

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, tratamento e destino final de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao município ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia operava em 64 municípios no Estado do Rio de Janeiro. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim divididos:

(i) Contratos em negociação para renovação

O intangível representa os bens envolvidos na prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos em 64 municípios. Até 31 de dezembro de 2013, encontram-se, em fase de negociação 8 contratos de concessão com os municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil líquido do intangível utilizado nestes municípios totaliza R\$ 252.740 em 31 de dezembro de 2013 e os encargos de amortização desses municípios em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 6.301. Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos ao Município no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato.

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de negociação dos Contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE. (Nota 2.7.2)

(ii) Contratos de programa - Investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da nova Lei nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, onde a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao Município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte deste termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e

canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá esta obrigação até o término do referido termo, previsto para 2057. Os bens estão sendo amortizados pela vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

As peculiaridades que envolvem o negócio da CEDAE, já que possui um amplo e complexo sistema, necessário à execução dos serviços prestados, fazem com que exista distinção de colocação sobre a reversão dos bens afetos, que são relacionados diretamente à distribuição aos municípios.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)--Continuação

Os sistemas de adução, captação e tratamento são integrados, principalmente nos grandes centros urbanos, atendendo às várias localidades simultaneamente, não havendo, portanto, a possibilidade de todo esse complexo ser revertido ao município, pois inviabilizaria a continuidade na prestação dos serviços que é o negócio da Companhia. A amortização é calculada de acordo com o método linear que considera a vida útil dos bens.

(vi) Intangíveis em andamento

Os intangíveis em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$ 147.960 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 113.270), sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$ 247.845 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 236.532) e materiais a distribuir R\$ 6 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 6).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1) e pelo IFRS 1, mantendo assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os montantes de R\$ 152.480 (R\$ 154.762 em 2012) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de lucros acumulados, deduzidos dos efeitos tributários.

O imposto de renda e contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.355.660 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 2.434.210) (Nota 18).

13. Imobilizado

	Depreciação (%)	Custo	Acumulada	Valor líquido	
				2013	2012
Uso geral					
Terrenos		56.674	-	56.674	56.607
Edificações	4	17.558	(4.585)	12.973	13.477
Instalações	10	24	(4)	20	23
Máquinas e equipamentos	10	9.593	(5.384)	4.209	3.184
Móveis e utensílios	10	5.069	(4.065)	1.004	10.865
Computadores	20	7.438	(5.672)	1.766	2.573
Veículos	20	5.636	(5.564)	72	106
Benfeitorias	2	185	(101)	84	89
Máquinas, tratores e similares	20	735	(440)	295	380
Ferramentas	10	16	(1)	15	1
		102.928	(25.816)	77.112	87.305

As movimentações do ativo imobilizado durante o exercício de 2013 e de 2012 estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro 2012	Aquisições	Baixas de custo	Baixas de depreciação	Depreciação	Transferência para o intangível	Créditos fiscais	31 de dezembro 2013
Bens de uso geral	87.305	1.994	(942)	941	(2.464)	(9.639)	(83)	77.112

	31 de dezembro de			31 de dezembro de
	2011	Aquisições	Depreciação	2012
Bens de uso geral	86.914	2.132	(1.741)	87.305

A depreciação realizada no exercício e apresentada nesta movimentação não possui efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de PASEP e COFINS baseados nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros. Adicionalmente, o financiamento junto à Caixa Econômica Federal, destinado a obras de saneamento básico, tem como garantia a receita de tarifa de água e esgoto.

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício base 2005), a Companhia possui a posse de 636 imóveis, no valor de R\$ 164.754 e de 360 terrenos no valor de R\$ 60.390, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado desses ativos totalizava R\$ 225.144.

14. Empréstimos e financiamentos

	2013	2012	Vencimento	Taxa
Banco do Brasil S.A. - refinanciamento (a)	26.145	124.173	2014	10,16% a.a. + TR
Caixa Econômica Federal - água e esgoto (b)	136.770	155.522	2020	7 a 12% a.a. + UPR/TR
FIDC - Fundo de Direitos Creditórios (c)	837.445	1.015.833	2017	1ª Série: CDI + 2,9%a.a. 2ª Série:IPCA + 8,5% a.a.
Debêntures - segunda emissão (d)	63.333	83.333	2017	CDI + 2,2% a.a.
Debêntures - terceira emissão (d)	118.864	-	2017	CDI + 1,69% a.a.
Debêntures - quarta emissão (d)	200.000	-	2020	CDI + 3,10% a.a.
	1.382.557	1.378.861		
Passivo circulante	288.848	295.107		
Passivo não circulante	1.093.709	1.083.754		
	1.382.557	1.378.861		

Os empréstimos e financiamentos foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre os mesmos as taxas de juros demonstradas acima. A movimentação dos empréstimos em 31 de dezembro é dada como segue:

	2013	2012

Saldo inicial	1.378.861	1.528.838
Aportes	350.000	1000.000
Juros e variação monetária	21.488	(396)
Amortizações	324.816	(249.581)
Saldo final	1.382.557	1.378.861

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	2013	2012
2014	-	259.857
2015	307.171	273.179
2016	385.846	314.350
2017	248.683	181.683
2018	76.817	26.779
2019 em diante	75.192	27.906
	1.093.709	1.083.754

a) Banco do Brasil S.A.

A origem desta dívida está datada em março de 1994, quando foi feito refinanciamento de dívidas antigas junto à Caixa Econômica Federal - CEF, tendo a Secretaria do Tesouro Nacional como Credor e o Banco do Brasil como Agente Financeiro. A referida dívida não é de cunho bancário e sim de assunção de débitos com a Secretaria de Tesouro Nacional - STN, no âmbito da Lei nº 8.727/93, na qual foi inserida a reestruturação das dívidas das empresas estatais, inclusive as empresas de saneamento.

Desde outubro de 2003, a CEDAE vem questionando judicialmente (processo nº 2003.34.00.026835-3 nova numeração 0026820-71.2003.4.01.3400/Classe 7 da 5ª Vara Federal de Brasília) o indexador de correção do saldo da dívida. Também, a partir da mencionada data, a Companhia suspendeu o pagamento do saldo devedor e passou a efetuar depósitos judiciais mensais no valor de R\$ 2.100 até março de 2009. A partir do mês de abril de 2009, a Companhia voltou a efetuar os pagamentos mensais normais do serviço da dívida. O saldo remanescente de R\$ 95.604 relativo aos depósitos judiciais corrigidos até agosto de 2011 foi levantado pelo Tesouro Nacional, através do Banco do Brasil S.A., por determinação judicial e foi utilizado na amortização da dívida acumulada e atrasada junto àquela instituição financeira. Em dezembro de 2011 a Companhia quitou judicialmente as parcelas vencidas do financiamento no montante de R\$ 1.990.091, sendo parcialmente através de recursos captados pela operação do FIDC (Fundo de Direitos Creditórios) no montante de R\$ 1.140.000 e o saldo remanescente de R\$ 850.091, com recursos próprios.

Com a ação em curso, por ocasião da sentença de setembro de 2013, o processo foi inicialmente extinto sem julgamento de mérito quanto ao BB, entendendo-o por parte ilegítima, e com mérito, no que se refere à União e à CEF, diante da suposta improcedência do pleito fundada na decadência convencional.

Em continuidade, foram opostos embargos de declaração tanto pela CEDAE, quanto pelo BB, contudo ambos rejeitados, seguido de recurso de apelação pela primeira, por onde a Companhia espera reverter a posição atual da ação.

Desta feita, foram opostos novos embargos de declaração, para abertura de prazo para manifestação por parte da CEF, audiência prevista para o dia 14 de fevereiro de 2014.

Caixa Econômica Federal

Os valores a pagar à Caixa Econômica Federal são atualizados pela Unidade Padrão de Referência - UPR, fator de atualização interno da Caixa Econômica Federal.

c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - CEDAE

A fim de solucionar pendência financeira junto ao Tesouro Nacional, a Companhia constituiu em dezembro de 2011 o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) CEDAE em parceria com os sete bancos nacionais, no valor de R\$ 1.140.000.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC CEDAE possui como característica básica, a cessão dos recebíveis dos clientes do Município do Rio de Janeiro, excluídos os recebíveis de parte da Zona Oeste da Cidade, denominada Área de Planejamento 5 (AP-5). Do total desta carteira de recebíveis, que representa aproximadamente 80% das receitas mensais da Companhia, são utilizados em torno de R\$ 24.000 para fazer frente aos pagamentos mensais das amortizações do FIDC.

O Fundo possui diversos eventos de liquidação que, se acionados, provocam uma "aceleração" dos pagamentos das amortizações das cotas seniores aos investidores, representados conforme regulamento, por uma multiplicação do valor mensal destas amortizações de 2,5 vezes, elevando aquele valor para aproximadamente R\$ 60 milhões.

c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - CEDAE--Continuação

O Fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em 25 de junho de 2017. A primeira emissão de cotas seniores foi realizada em 23 de dezembro de 2011 com prazo de amortização para 66º mês a partir da data da subscrição.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 952.647 (R\$ 1.100.146 atualizadas para 31 de dezembro de 2012), composta por 1.140.000 quotas seniores, detidas por terceiros (investidores), no valor de R\$ 859.011 (R\$ 1.015.833 atualizadas para 31 de dezembro de 2012), representando 94% do patrimônio do fundo e, 76.200 quotas subordinadas no valor de R\$ 93.636 adquiridas pela Companhia (cedente), atualizadas para 31 de dezembro de 2013, (R\$ 84.313 atualizadas para 31 de dezembro de 2012 - Nota 7), representando 6% do patrimônio do Fundo.

A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.

O custo dessa operação totalizou R\$ 21.566 e será amortizado pelo prazo de vigência do FIDC.

d) Debêntures

Segunda emissão

Objetivando captar recursos para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Companhia, a CEDAE emitiu a 2ª série de debêntures em 15 de fevereiro de 2012, composta de 100 debêntures não-conversíveis, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, perfazendo um total de R\$ 100.000.

A referida operação tem um prazo de amortização de 60 (sessenta) meses com vencimento em 15 de fevereiro de 2017 e remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescido de um spread de 2,2% ao ano.

d) Debêntures--Continuação

A emissão foi realizada por meio de uma oferta pública com esforços restritos em conformidade com o disposto na Instrução CVM 476.

Em garantia das obrigações relativas à operação, foi constituído penhor sobre os direitos creditórios de titularidade da CEDAE, presentes e futuros, referentes à prestação de serviços da Companhia nos municípios atendidos no Estado do Rio de Janeiro, excluídos os municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo e Rio de Janeiro, com exceção de dez bairros integrantes da Área de Planejamento 5 (AP-5).

Terceira emissão

Em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da CEDAE aprovou a estruturação da 3ª emissão de debêntures da Companhia, cuja liquidação ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2013.

A operação visou à obtenção de recursos no montante de R\$ 150.000 por meio da modalidade de oferta pública denominada, pela Comissão de Valores Mobiliários (Instrução 476/09), como de esforços restritos. Os recursos captados foram utilizados para capital de giro da Companhia.

A referida operação tem um prazo de amortização de 53 meses com vencimento em 20 de junho de 2017 e remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescido de um spread de 1,69% ao ano.

Existe a previsão de antecipação do vencimento contratual para as emissões de debêntures, caso a Companhia venha a apresentar o índice financeiro - dívida líquida dividida pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações (LAJIDA) - maior que 3,5 a ser apurado anualmente pelo AGENTE fiduciário. A Companhia está em conformidade com este *covenant*.

d) Debêntures--Continuação

Quarta emissão

Em 8 de outubro 2013 o Conselho de Administração aprovou a estruturação da quarta emissão de debêntures no valor de R\$ 200.000 em quantidade de 20.000 debêntures simples de valor nominal unitária de R\$ 10 não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia, com garantia adicional por meio de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009, sendo a data de emissão em 11 de outubro de 2013.

A amortização será feita por meio de 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de maio de 2016 e a última na data do vencimento em 20 de abril de 2020.

As debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DIs over extra grupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculados e divulgadas pela CETIP S.A. Mercados Organizados ("CETIP"), acrescida exponencialmente de spread de 3,10% ao ano. A liquidação da operação ocorreu em 31 de outubro de 2013.

15. Obrigações fiscais

	2013	2012
--	-------------	-------------

Imposto de renda e contribuição social (a)	98.385	198.740
ISS a recolher	374	6.054
IRRF e CSLL a recolher	12.540	11.232
Contribuições trabalhistas a recolher	20.767	19.388
PASEP e COFINS a recolher (b)	15.101	86.901
Outros	145	433
	147.312	322.748

(a) Corresponde aos valores a pagar de imposto de renda e contribuição social anual de 2013 no montante de R\$ 38.294, bem como o montante de R\$ 41.551 relativo à atualização monetária desses tributos pertinente ao exercício de 2013.

Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2013, com vencimento em 25 de janeiro de 2014.

16. Parcelamento especial - PAES, PAEX e parcelamento ordinário

Circulante e não circulante	2013	2012
PAES (SESI e SENAI) (a.1)	15.797	18.216
REFIS IV (a.2)	283.862	316.077
Parcelamento ordinário (a.3)	122.230	149.726
	421.889	484.019
Circulante	94.542	89.196
Não circulante	327.347	394.823
	421.889	484.019

No mês de julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial - PAES instituído pela Lei nº 10.684/2003 e em 28 de dezembro de 2006 aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX instituído pela MP nº 313. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Previdência Social - INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento REFIS IV.

(a.1) PAES (SESI e SENAI)

	2013			2012
	SESI	SENAI	Total	Total
Principal	9.235	7.284	16.519	16.519
Juros	4.339	3.446	7.785	7.785
Multa	1.574	1.331	2.905	2.905
Valor da adesão	15.148	12.061	27.209	27.209
Juros TJLP	7.144	5.519	12.663	12.127
Amortizações	(13.467)	(10.608)	(24.075)	(21.120)
Saldo a pagar	8.825	6.972	15.797	18.216

16. Parcelamento especial - PAES, PAEX e parcelamento ordinário--Continuação

(a.1) PAES (SESI e SENAI)--Continuação

No mês de julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial - PAES instituído pela Lei nº 10.684/2003.

Os pagamentos foram realizados até outubro de 2009, nas regras da Lei nº 10.684/2003, enquadrados conforme segue:

- SRF - 0,75% do faturamento mensal bruto, relativo ao mês imediatamente anterior ao do pagamento, acrescido da TJLP acumulada.
- INSS, SESI e SENAI - 1/180 avos do principal acrescido da TJLP acumulada.

(a.2) REFIS IV

	2013			2012
	SRF	INSS	Total	Total
Valor da adesão (principal)	269.354	140.653	410.007	410.007
Juros SELIC	83.407	31.352	114.759	96.671
Amortizações	(108.285)	(132.619)	(240.904)	(190.601)
Saldo a pagar	244.476	39.386	283.862	316.077

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - REFIS IV instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto a Receita Federal do Brasil - RFB a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas PAES e PAEX, permanecendo os débitos junto ao SESI e SENAI no parcelamento anterior.

O parcelamento do REFIS IV está subdividido em débitos junto a Receita Federal, PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas PAES e PAEX.

(a.2) REFIS IV--Continuação

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC, com término previsto para dezembro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2013 no valor de R\$ 4.564, correspondente a 50ª parcela (Nota 28).

(a.3) Parcelamento ordinário

	2013	2012
	SRF-	SRF-
	Ordinário	Ordinário
Valor da adesão (principal)	173.466	171.533
Juros SELIC	20.214	12.338
Amortizações	(71.450)	(34.145)
Saldo a pagar	122.230	149.726

Em 28 de fevereiro de 2012 a Companhia protocolou junto a Receita Federal do Brasil - RFB, pedido de parcelamento ordinário, através do processo administrativo 16682.720191/2012 - 80, dos débitos em atraso de IRPJ, CSLL, COFINS e PASEP dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, sendo esse pedido indeferido em 23 de março de 2012. A Companhia impetrou mandado de segurança em busca do acatamento do pleito por parte da Receita Federal.

Em 10 de maio de 2012 foi deferido o mandado pela 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, já tendo a RFB conhecimento desta decisão.

Em 5 de fevereiro de 2013, a Companhia foi informada pela Delegacia Especial de Maiores Contribuintes do Rio de Janeiro - DEMAC/RIO que os débitos em questão foram homologados e que os pagamentos até então realizados pela Companhia foram considerados como redutor do saldo devedor da referida dívida. O parcelamento foi homologado em 60 parcelas, atualizadas pela SELIC, com prestação inicial de R\$ 3.140 e término previsto para fevereiro de 2017.

(a.3) Parcelamento ordinário--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos especiais. As parcelas de longo prazo com vencimento final em 2024 têm o seguinte cronograma de pagamento:

ANO DE VENCIMENTO	2013	2012
--------------------------	-------------	-------------

2014	-	88.346
2015	75.359	69.823
2016	65.152	60.562
2017	28.876	27.203
2018	25.577	24.171
2019 em diante	132.383	124.718
	327.347	394.823

17. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências

Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Trabalhistas	504.860	375.297
Cíveis	410.726	323.067
Fiscais	5.062	4.906
Recursais	276	284
	920.924	703.554

Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores jurídicos externos e análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	2013	2012
Trabalhistas (ii)	821.324	760.010
Cíveis (i)	1.072.010	1.147.370
Tributárias (iii)	-	9.040
Passivo Fiscal - Despesa Financeira	198.122	53.369
Passivo Fiscal -INSS SRFB	5.587	5.587
Créditos Fiscais - Órgãos Públicos	-	1.813
	2.097.043	1.977.189

A movimentação das provisões relativas ao exercício de 2013 e 2012 está apresentada como segue:

Natureza da contingência	2012	Adições	Baixas	Pagamentos	2013
Cíveis	1.147.370	516.229	(507.486)	(84.103)	1.072.010
Trabalhista	760.010	287.934	(98.259)	(128.361)	821.324
Tributárias	69.809	144.771	(10.871)	-	203.709
	1.977.189	948.934	(616.616)	(212.464)	2.097.043

Natureza da contingência	2011	Adições	Reversões por decisão do mérito	Transferências para outros parcelamentos (Nota 21)	Pagamentos	2012
Cíveis	1.029.392	501.240	(317.906)	-	(65.356)	1.147.370
Trabalhista	576.724	444.349	(24.702)	(95.046)	(141.315)	760.010
Tributárias	123.752	25.208	(37.336)	(41.669)	(146)	69.809
	1.729.868	970.797	(379.944)	(136.715)	(206.817)	1.977.189

A Companhia vem realizando revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, foram estabelecidas médias de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações, o que gerou aumento nos valores da contingência.

As adições e baixas apresentam o valor líquido de R\$ 187.565 e tem como contrapartida a conta de provisão para contingências e passivos fiscais no grupo outras receitas (despesas) operacionais (Nota 26).

Os objetos das causas classificadas como de perdas prováveis, mais relevantes, segregados por esfera estão informados abaixo:

(i) **Ações cíveis**

	2013	2012
Objeto		
AP5	29.747	5.252
Questionamento de cobrança	15.895	10.759
Corte por inadimplemento	2.934	2.715
Desabastecimento	1.313	4.399
Demais ações	8.226	5.798
Total dos Juizados Especiais Cíveis	58.115	28.923
Varas de Fazenda Pública		
Licitação	20.107	19.315
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	455.235	606.754
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	288.385	279.884
Cobrança indevida	48.650	37.601
Descumprimento de contrato	23.743	19.089
Acidente vazamento/bueiro/buraco	15.666	13.973
Corte indevido	11.413	10.884
Demais ações	150.696	130.947
Total dos Juizados de Fazenda Pública	1.013.895	1.118.447
Total das ações cíveis	1.072.010	1.147.370

Provisão para contingências--Continuação

(i) **Ações cíveis--Continuação**

(a) A Companhia é parte em processos judiciais ajuizados por clientes, em sua maioria grandes condomínios e indústrias, que pleiteiam a declaração da ilegalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário e a condenação na repetição do indébito sob a alegação de inexistência do referido serviço, as quais importam grandes quantias, com variações quanto à repetição simples ou em dobro e prescrições

quinquenal, decenal e vintenária. A Companhia obteve decisões definitivas tanto favoráveis como desfavoráveis em diversas instâncias judiciais, sendo constituída provisão quando a expectativa de perda é considerada provável.

(b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares à utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas física e jurídica) mostrou-se inadequada. Assim sendo, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante ocasionando a variação registrada nos valores das provisões.

A redução do contingenciamento decorreu tanto da revisão dos parâmetros de provisionamento dos processos de tarifa de esgotamento sanitário, por meio da realização de levantamento dos valores atualizados das condenações, como em razão de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do recurso especial representativo de controvérsia (Recurso Especial 1.113.403/RJ), que declarou ser possível a cobrança da tarifa de esgoto ainda que a empresa não realize o tratamento. Em decorrência deste novo entendimento, foram efetuadas reclassificações de risco dos processos de tarifa de esgoto. Aqueles processos, em fase de conhecimento, cuja situação fática se enquadra nesta tese, foram reclassificados de provável para possível.

(ii) **Ações trabalhistas**

	2013	2012
Objeto		
Incremento salarial	146.951	102.570
Desvio de função	126.598	117.051
Progressão horizontal	129.621	132.973
Retenção salarial	51.411	53.349
Equiparação/diferenças salariais	94.031	80.940
Horas extras	75.851	33.176
Enquadramento/reenquadramento	27.042	22.525
Reintegração/reintegração aposentado	50.202	31.410
Demais ações	119.617	186.016
	821.324	760.010

(iii) **Ações tributárias**

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia.

A Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 4 de dezembro de 2012, questionando a tomada de créditos de PIS/PASEP e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período base de 2008 a 2010, no total de R\$ 239.515 com aplicação de multa e juros. Em janeiro de 2013 a Companhia solicitou ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais uma revisão do auto de infração com o objetivo de esclarecer a composição do montante autuado e em dezembro de 2013 a Secretaria da Receita Federal do Brasil, apresentou composição desse montante em R\$ 199.515 com aplicação de multa e juros.

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, A Companhia constituiu provisão do saldo de R\$ 75.324, acréscido de multa de aproximadamente R\$ 30.607 e juros de R\$ 38.840, totalizando R\$ 144.771, e concluiu como possíveis perdas cerca de R\$ 30.081, acréscidos de multa de aproximadamente R\$ 11.280 e juros de R\$ 8.225, totalizando R\$ 49.586.

Causas possíveis

As causas classificadas como possíveis totalizam R\$ 1.765.961 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.528.141), sendo R\$ 366.604 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 324.578) de ações trabalhistas, R\$ 879.260 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 680.703) de ações cíveis e R\$ 520.097 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 522.860) de ações tributárias. As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2013	Valor atualizado em 31 de dezembro de 2012
Objeto		
Trabalhistas		
Desvio de função	99.162	85.633
Enquadramento	10.924	9.994
Isonomia salarial	15.459	17.362
Progressão horizontal por antiguidade	64.283	50.252
Reintegração	31.604	19.492
Retenção salarial	5.343	7.312
	226.775	190.045
Cíveis		
Contratos	31.294	31.881
Hidrômetro	3.157	59.015
Cobrança indevida	238.731	242.697
Posse de imóvel	78.455	33.719
Esgoto	10.771	-
	362.408	367.312
Tributária		
Cobrança de contribuição previdenciária	1.153	1.136
Administrativo IR/CSLL/PASEP/COFINS (a)	507.447	513.892
	508.600	515.028

a) O valor é composto basicamente pelo Termo de Verificação Fiscal - MPF 07.1.85.00-2011-00782-0, onde a Companhia foi autuada em 4 de dezembro de 2012 quanto à utilização indevida de créditos de PASEP e COFINS nas competências de 2008 a 2010 no montante de R\$ 239.515. Tal autuação foi considerada improcedente pela Administração da CEDAE, pois apresenta vícios formais e foi objeto de contestação junto à Receita Federal do Brasil, em 3 de janeiro de 2013, solicitando uma nova diligência fiscal que concedesse o direito de ampla defesa dos valores questionados, assim como, pelo Mandado de Procedimento Fiscal MPF 07.1.90.00-00528/09 no valor de R\$ 115.350. Neste auto de infração pretende-se exigir supostos débitos relativos a (i) lançamento de despesas indedutíveis correspondentes a juros decorrentes de contratos de empréstimos efetuados junto ao Banco do Brasil, discutidos judicialmente; (ii) glosa de despesas lançadas pela Companhia em decorrência de multas por infrações fiscais, regularmente parceladas através do PAES; (iii) despesas indedutíveis lançadas em setembro de 2005, decorrentes de juros e atualizações monetárias de valores mediante procedimento fiscal de ICMS; e (iv) exclusões, supostamente indevidas, referentes à Reversão de Provisões Cíveis e Trabalhistas. Em função do exposto, a Companhia avalia a probabilidade de perda dessas ações como possível.

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos que atingem o montante de R\$ 61.590 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 59.106 em 31 de dezembro de 2012), referentes a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não se encontram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes.

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	2013	2012
Impostos diferidos passivos		
Diferença temporária sobre ativo intangível (Nota 12)	2.355.660	2.434.210
Depósitos judiciais	27.494	10.520
	2.383.154	2.444.730
Impostos diferidos ativos		
Perda atuarial	(132.947)	(170.177)

Diferenças temporárias de provisões para contingências	(922.209)	(859.759)
Outros	(22.263)	(19.814)
	(1.077.419)	(1.049.750)
Não circulante	1.305.735	1.394.980

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais da base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 2009, a Companhia registrou os créditos fiscais decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados, pois somente nesse exercício apresentou histórico de rentabilidade e projeção de lucros tributáveis futuros.

A partir dos recolhimentos dos impostos e contribuições sobre o lucro de janeiro de 2013 a Companhia optou pelo regime de apuração anual do IRPJ e CSLL, com antecipações mensais no regime por estimativa.

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos

	Crédito fiscal sobre prejuízos fiscais e base negativa	Perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Retenção de órgãos públicos/prêmio	Depósitos judiciais	AVP e outros	Total
Em 31 de dezembro de 2012	-	170.177	859.759	(2.434.210)	15.655	(10.520)	4.159	(1.394.980)
Perda atuarial	-	-	-	-	-	(16.974)	2.029	(14.525)
Diferenças temporárias – contingências	-	-	62.450	-	-	-	-	62.450
Outros resultados abrangentes (Nota 20)	-	(37.230)	-	-	-	-	-	(37.230)
Diferenças temporárias - ativo intangível	-	-	-	78.550	-	-	-	78.550
Em 31 de dezembro de 2013	-	132.947	922.209	(2.355.660)	15.655	(27.494)	6.188	(1.305.735)

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

	Crédito fiscal sobre prejuízos fiscais e base negativa	Perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Retenção de órgãos públicos/prêmios	Depósitos judiciais	AVP e outros	Total
Em 31 de dezembro de 2011	105.133	51.593	771.142	(2.513.935)	(21.238)	-	807	(1.606.498)
Crédito (debitado) à demonstração do resultado	(95.172)	-	88.617	79.725	36.893	(10.520)	3.351	102.894
Compensação do Refis IV (Nota 16)	(9.961)	-	-	-	-	-	-	(9.961)
Outros resultados abrangentes (Nota 20)	-	118.584	-	-	-	-	-	118.584
Outros	-	-	-	-	-	-	1	1
Em 31 de dezembro de 2012	-	170.177	859.759	(2.434.210)	15.655	(10.520)	4.159	(1.394.980)

a) **Despesa do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)**

	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social correntes	(360.922)	(315.225)
Constituição (reversão) do IR e CS diferidos ativos	-	(95.172)
IR e CS diferenças temporárias	40.344	97.973
Perda atuarial	24.554	(6.005)
IR e CS diferidos sobre diferença temporária sobre ativo intangível	78.550	79.725
IR e CS diferidos passivos - órgãos públicos	-	36.893
IR e CS - bloqueio judicial/depósito judicial	(16.974)	(10.520)
	(234.448)	(212.331)

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

Reconciliação da despesa do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	525.967	375.324
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(178.829)	(127.610)
Cancelamento de contas	(47.709)	(49.285)
REFIS IV	-	(12.571)
Outros	(7.910)	(22.865)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(234.448)	(212.331)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(360.922)	(315.225)
Imposto de renda e contribuição social diferido	126.474	102.894
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(234.448)	(212.331)
Alíquota efetiva - %	45	57

c) **Regime Tributário de Transição - RTT**

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2008 a 2010, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

Regime Tributário de Transição - RTT

Em 2013, a Companhia também adotou as mesmas práticas tributárias, conforme explicado acima, uma vez que até então o RTT era obrigatório.

A partir do ano calendário 2014 a empresa passará a apresentar anualmente a escrituração Contábil Fiscal (ECF), conforme IN 1.397/2013 e alterações.

d) **Introdução de novo regime tributário**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 ("IN 1.397/13") e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 ("MP 627/13") que:

(i) revoga o Regime Tributário de Transição ("RTT") a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; e

(ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627/13 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627/13, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo preliminar dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627/13 e da IN 1.397/13 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto

corrente da referida medida provisória. A possível conversão da MP 627/13 em Lei pode resultar em alteração nesta nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627/13 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

19. Outras contas a pagar - não circulante

	2013	2012
Contas a pagar à Prefeitura (a)	21.775	21.775
Provisão para licença prêmio (b)	132.569	129.501
Retenção salarial	9.926	9.926
PIS e Cofins diferidos sobre créditos governamentais	28.088	29.534
	192.358	190.736

(a) Crédito remanescente do encontro de contas com o Município do Rio de Janeiro que será objeto de nova repactuação.

(b) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 12 de julho de 2012 referente ao período de 2012 a 2014, a licença prêmio de 3 (três) meses para cada 5 (cinco) anos de serviços prestados, é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até o ano de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença prêmio, e para aqueles empregados que não tenham 5 (cinco) anos completos, esta será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$ 54.358 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 51.879) registrados no passivo circulante (no grupo Provisões de encargos trabalhistas) e R\$ 132.569 no passivo não circulante (31 de dezembro de 2012 - R\$ 129.501).

20. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar e a Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC) foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a PRECE e com 5,5% da folha de pagamento para a CAC.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2013	2012
Plano de benefícios - PRECE (a)	433.972	472.661
Dívida PRECE CV	598.366	625.276
	1.032.338	1.097.937
Plano de assistência - CAC (b)	528.919	599.283
Prêmio aposentadoria (c)	43.851	43.536
	1.605.108	1.740.756
Plano de benefícios - PRECE III CD (a)	495	-
	1.605.603	1.740.756
Circulante	42.581	146.712
Não circulante	1.563.022	1.594.044
	1.605.603	1.740.756

20. Passivo atuarial--Continuação

(a) **PRECE**

A PRECE administra os planos de benefícios previdenciários PRECE I, PRECE II, PRECE III e PRECE CV, sendo os planos PRECE I, PRECE II e parcela dos optantes pela renda vitalícia que optaram pelo PRECE CV estão estruturados na modalidade de benefício definido e na modalidade contribuição definida os Planos PRECE III e PRECE CV (demais optantes). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013		
	Quantidade		
Participantes	Ativos	Pensão	Aposentadoria
PRECE I	1.422	1.378	1.410
PRECE II	6	546	285
PRECE III	225	-	-
PRECE CV	2.945	1.593	1.162

	2012		
	Quantidade		
Participantes	Ativos	Pensão	Aposentadoria
PRECE I	1.474	1.351	1.462

PRECE II	5	556	308
PRECE III	212	-	-
PRECE CV	3.002	1.581	1.118

Plano PRECE I

O Plano PRECE I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (CAC, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário 15 anos de filiação à PRECE, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial (INSS).

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou o equacionamento do déficit do Plano PRECE I (Análise Técnica nº 488/CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano;
- alteração dos regulamentos dos planos PRECE I e PRECE II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento; e

- possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano denominado «Plano PRECE Contribuição Variável - CV». Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$ 559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011 foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a PRECE e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA, para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, desta forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano BD - PRECE I. Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011. Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$ 607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC até a data do efetivo pagamento.

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2013 a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da PRECE, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$ 56.345 que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 29.251 em 31 de dezembro de 2012).

Plano PRECE II

Este plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano PRECE I e foi criado para complementar a renda do PRECE I, ultrapassando o teto do seu limite. Este plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Plano PRECE CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e II).

O plano Prece CV tem como patrocinadoras a CEDAE, CAC e a PRECE.

Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão. Neste plano o participante possui uma conta individual (exceto a Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção por Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do Plano de Origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS. Em caso de desligamento, pode-se resgatar o valor registrado em sua conta pessoal mais o montante de 0,25% por mês da conta Patronal. Este plano está fechado para novas adesões.

Plano PRECE III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade contribuição definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Plano exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Neste tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, pode-se resgatar o valor registrado em sua conta pessoal mais o montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

Outras informações

As reservas a amortizar (provisões matemáticas a constituir) referem-se às taxas extraordinárias temporárias dos planos PRECE I e II. Em 15 de dezembro de 2011 foi assinado o Termo de Segundo Aditivo, repactuando o prazo para equacionar o saldo devedor (R\$ 67.926) em 19 parcelas, tendo sido paga a 1ª parcela, em 15 de fevereiro de 2012. As referidas parcelas são atualizadas pela variação do INPC.

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - CAC

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC) administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, PRECE, CAC e seus dependentes dos exercícios de 2013 e 2012.

2013		
Quantidade		
Participantes	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial CAC	15.296	10.178

2012		
Quantidade		
Participantes	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial CAC	15.794	10.249

O Estatuto da PRECE e o Regulamento do Plano CAC estão adaptados à legislação vigente.

(c) Prêmio de aposentadoria

O prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 4.681 (5.172 em 2012) participantes (Nota 2.15(d)).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2013	2012
Plano de benefícios (PRECE)	65.163	61.419
Plano de benefícios (PRECE) - amortização da dívida	63.218	135.250
Plano de assistência (CAC)	66.807	63.671
Prêmio aposentadoria	1.046	952
	196.234	261.292

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2013	2012
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.208.575	2.328.244
Valor justo dos ativos do plano	(603.467)	(587.488)
Passivo atuarial líquido	1.605.108	1.740.756

A reconciliação do (passivo) / ativo líquido total pode ser assim demonstrada:

	PRECE I	PRECE II	PRECE CV	CAC	Prêmio de Aposentadoria	TOTAL
Em 31/12/2011	(161.378)	(16.272)	(750.423)	(564.459)	(41.320)	(1.533.852)

Custo do serviço corrente	(4.105)	(50)	(133)	-	(1.828)	(6.116)
Custo com juros	(38.456)	(13.064)	(79.911)	(54.473)	(4.186)	(190.090)
Rendimentos esperados dos ativos	31.773	14.572	12.430	-	-	58.775
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	-	-
Contribuições participantes	5.718	1.061	11.234	-	-	18.013
Contribuições da patrocinadora	24.204	6.682	165.783	63.671	952	261.292
Ganhos/perdas atuariais	(134.259)	(42.670)	(130.676)	(44.021)	2.846	(348.780)
Efeito do limite do parágrafo 58	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2012	(276.503)	(49.741)	(771.696)	(599.282)	(43.536)	(1.740.758)
Custo do serviço corrente	(7.107)	(38)	(120)	(43.216)	(2.073)	(52.554)
Custo com juros	(46.076)	(14.512)	(76.605)	(48.893)	(3.709)	(189.795)
Rendimentos esperados dos ativos	23.978	10.750	18.714	-	-	53.442
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	-	-
Contribuições participantes	5.976	1.109	11.740	-	-	18.825
Contribuições da patrocinadora	24.032	5.138	99.211	66.807	1.046	196.234
Ganhos/perdas atuariais	(30.204)	17.033	22.582	95.666	4.421	109.498
Efeito do limite do parágrafo 58	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2013	(305.904)	(30.261)	(696.174)	(528.918)	(43.851)	(1.605.108)

(c) Prêmio de aposentadoria--Continuação

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de Benefício - PRECE	Plano de Assistência - CAC	Prêmio aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2011	1.366.379	564.459	41.320	1.972.158
Custo do serviço corrente	4.288	-	1.828	6.116
Juros sobre obrigações atuariais	131.432	54.473	4.186	190.091
Reconhecimento de perdas atuariais	310.446	44.021	(2.847)	351.620
Benefícios pagos	(127.118)	(63.671)	(952)	(191.741)
Em 31 de dezembro de 2012	1.685.427	599.282	43.535	2.328.244
Custo do serviço corrente	7.265	43.217	2.073	52.553
Juros sobre obrigações atuariais	137.192	48.894	3.709	189.795
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais	(40.720)	(95.666)	(4.421)	(140.807)
Benefícios pagos	(153.360)	(66.806)	(1.046)	(221.212)
Em 31 de dezembro de 2013	1.635.804	528.919	43.850	2.208.573

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de Benefício - PRECE	Plano de Assistência - CAC	Prêmio aposentadoria	Total
Em 31 de dezembro de 2011	438.306	-	-	438.306
Rendimento esperado dos ativos	58.776	-	-	58.776
Ganho atuarial dos ativos do plano	2.841	-	-	2.841
Contribuições da patrocinadora	196.669	63.671	952	261.292
Contribuições dos participantes	18.013	-	-	18.013
Benefícios pagos	(127.118)	(63.671)	(952)	(191.741)
Em 31 de dezembro de 2012	587.487	-	-	587.487
Rendimento esperado dos ativos	53.443	-	-	53.443
Ganho atuarial dos ativos do plano	(31.309)	-	-	(31.309)
Contribuições da patrocinadora	128.381	66.807	1.046	196.234
Contribuições dos participantes	18.824	-	-	18.824
Benefícios pagos	(153.360)	(66.807)	(1.046)	(221.213)
Em 31 de dezembro de 2013	603.466	-	-	603.466

O rendimento real dos ativos foi de R\$ 534 (R\$ 29.232 em 31 de dezembro de 2012).

A taxa de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos de cada plano e foi determinada por seu gestor. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para cada modalidade de investimento durante a vida da respectiva obrigação.

A composição dos ativos dos planos é como segue:

2012	PRECE I	PRECE II	PRECE CV
Renda Variável	10,60%	10,60%	10,60%
Renda Fixa	82,98%	82,98%	82,98%
Imóveis	6,10%	6,10%	6,10%
Caixa e equivalentes de Caixa	0,00%	0,00%	0,00%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,32%	0,32%	0,32%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

2013	PRECE I	PRECE II	PRECE CV
Renda Variável	10,64%	10,64%	10,54%
Renda Fixa	77,20%	77,20%	76,53%
Imóveis	11,45%	11,45%	10,78%
Caixa e equivalentes de Caixa	0,00%	0,00%	0,00%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,71%	0,71%	2,15%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Desta forma a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2013	2012
Custo do serviço corrente	(52.554)	(6.116)
Juros sobre obrigações atuariais	(189.794)	(190.091)
Rendimento esperado dos ativos	53.443	58.776
Contribuições dos participantes	18.824	18.013
Reconhecido no resultado (Nota 26)	(170.081)	(119.418)

(c) Prêmio de aposentadoria--Continuação

	2013	2012
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 1 de janeiro	(346.752)	(116.558)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais -- PRECE	9.411	(307.604)
Redução do plano PRECE		
Ajuste de ganhos e perdas atuariais -- CAC	95.666	(44.021)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - prêmio de aposentadoria	4.421	2.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(37.229)	118.584
Total dos ganhos (perdas) atuariais no exercício do resultado abrangente	72.269	(230.194)
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 31 de dezembro	(274.483)	(346.752)

	PRECE I	PRECE II	PRECE CV	CAC	Prêmio de Aposentadoria	Total
1. Empresa	25.112.991	5.368.938	103.675.863	69.813.087	-	203.970.878
2. Participantes	6.323.895	1.188.827	3.383.977	-	-	10.896.699

	PRECE I	PRECE II	PRECE CV	CAC	Prêmio de Aposentadoria	Total
31/12/2014	49.655.364	18.000.595	89.369.486	64.786.634	9.164.024	230.976.103
31/12/2015	46.953.843	16.417.686	82.054.040	55.537.617	3.973.260	204.936.446
31/12/2016	43.564.405	14.927.126	75.181.841	51.118.575	5.273.118	190.065.065
31/12/2017	41.680.433	13.531.290	68.746.813	46.310.418	5.326.173	175.595.127
31/12/2018 ou posterior	405.967.781	102.084.601	567.669.660	311.166.169	20.114.231	1.407.002.442
Duration	15,64 anos	10,93 anos	10,96 anos	8,79 anos	6,2 anos	

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Valor final com acréscimo de 1%			
	Custo do serviço	Custo dos juros	Valor presente da obrigação
PRECE I	(7.723)	(48.486)	(634.553)
PRECE II	(41)	(15.465)	(175.569)
PRECE CV	(122)	(7.253)	(822.163)
CAC	(45.513)	(47.202)	(557.506)
Prêmio de aposentadoria	(2.195)	(3.469)	(45.608)
	(55.594)	(121.875)	(2.235.399)
Valor final com decréscimo de 1%			
	Custo do serviço	Custo dos juros	Valor presente da obrigação
PRECE I	(6.360)	(43.807)	(532.941)
PRECE II	(34)	(13.622)	(152.814)
PRECE CV	(119)	(7.670)	(812.691)
CAC	(40.641)	(50.821)	(496.771)
Prêmio de aposentadoria	(1.933)	(3.967)	(41.916)
	(49.087)	(119.887)	(2.037.133)

(c) Prêmio de aposentadoria--Continuação

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos:

PRECE, CAC e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício -- PRECE	Plano de assistência -- CAC	Prêmio aposentadoria
Taxa de desconto ao ano - %	11,3	11, 2	11,1
Taxa de retorno de ativos	11,3	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento salarial - %	5,26	5,26	5,26
Inflação - %	4,5	4,5	4,5
Fator de pico - %	2,47	2,47	2,47
Fator capacidade	0,98	0,98	0,98
Hipóteses demográficas			
Tábua de mortalidade	AT-83 (específica por sexos)	AT-83 (específica por sexos)	AT-83 (específica por sexos)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada de invalidez	Ligth Forte desagravada em 5 anos.	Ligth Forte desagravada em 5 anos.	Ligth Forte desagravada em 5 anos.
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Composição familiar - ativos (*)	90% casados, sendo o homem 4 anos mais velho que mulher	90% casados, sendo o homem 4 anos mais velho que mulher	90% casados, sendo o homem 4 anos mais velho que mulher
Composição familiar - assistidos (*)	Família Real	Família Real	Família Real

(*) Exceto no PRECE III, onde se utiliza o grupo familiar informado pelo participante na data de concessão do benefício.

21. Outros parcelamentos

	2013	2012
Indústria Antártica do Sudeste (a)	52.734	53.094
Condomínio Shopping Center da Barra (b)	41.353	51.636

INEA - Instituto Estadual do Ambiente (c)	7.589	15.790
Cia. - Distribuidora de Gás do RJ (d)	-	16.839
Sintsama - Acordo indenização coletiva trabalhista (e)	49.995	70.431
Sintsama - Acordo honorários sucumbência ação coletiva trabalhista (e)	212	3.000
Sintsama - Acordo honorários advocatícios contratuais (e)	8.929	15.199
General Electric do Brasil (f)	22.070	22.210
Demais parcelamentos	10.070	4.993
	192.952	253.192
Circulante	102.036	112.778
Não circulante	90.916	140.414
	192.952	253.192

(a) Indústria Antártica do Sudeste

Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior, de taxa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecido mensalmente à Indústria Antártica do Sudeste.

(b) Parcelamento em acordo judicial

A Companhia, através da ação civil nº 2001.001.124.449-6 da 9ª Vara de Fazenda Pública da Capital, interposta pelo Condomínio do Shopping Center da Barra (Barra Shopping), foi condenada a pagar o montante atualizado de R\$ 80.835 pela cobrança indevida de tarifa de esgoto e também pela progressividade aplicada na tarifa de água. No contexto desta ação foi firmado o acordo judicial que reduziu a dívida para R\$ 78.000 que está sendo atualizada anualmente, tendo como base os mesmos índices e critérios utilizados pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, acrescida de juros de 6% ao ano, após o decurso do primeiro ano da vigência do acordo. A dívida está sendo paga em 90 parcelas, mensais e sucessivas, tendo sido a primeira paga no ato da homologação do acordo judicial (em 21 de janeiro de 2009), no valor de R\$ 837 e as demais na importância de R\$ 867.

(c) Parcelamento junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

A Companhia, com base na Lei Estadual nº 5.234/08, assinou com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), acordo de parcelamento da taxa pelo uso dos recursos hídricos, das competências de 2008 e 2009, no montante de R\$ 36.667, já incluído os encargos até outubro de 2009 na forma estabelecida pela Lei Estadual nº 4.247/03 (Nota 10). A dívida está sendo paga em 60 parcelas mensais e sucessivas, tendo sido a primeira quitada em novembro de 2009 e a última prevista para outubro de 2014. Desde novembro de 2009, a Companhia vem repassando mensalmente ao INEA as parcelas correntes na forma estabelecida nas Leis anteriormente mencionadas.

(d) Cia Distribuidora de Gás do RJ - CEG

A CEDAE e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG, através do Instrumento Particular de Transação Geral de Direitos, assinado em 25 de agosto de 2010, estabeleceram como montante da dívida da CEDAE o valor líquido de R\$ 58.000, parcelado em 36 meses, com correção monetária anual pelo índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas. Essa dívida refere-se à ação declaratória de indébito, pela cobrança de tarifa de esgotamento sanitário e despejo industrial cobrados indevidamente pela CEDAE no período compreendido entre março de 1979 e setembro de 1999. Esse parcelamento foi quitado em setembro de 2013.

(e) Acordo Judicial Trabalhista

No processo trabalhista em execução nº 0142700-10.1992.5.01.007 que tramita na 7ª vara do trabalho impetrado contra a Companhia pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SINTSAMA), cujo mérito trata da cobrança de reajustes salariais não imputados nas remunerações do mês de janeiro de 1992. A Companhia, em agosto de 2012, apresentou a proposta de pagamento parcelado do valor da causa no montante de R\$ 76.797 com pagamentos a partir de setembro de 2012 até dezembro de 2015 e em parcelas de valores diferenciados, sendo aceito pelo SINTSAMA, por deliberação da Assembleia dos Trabalhadores e homologado pela Justiça do Trabalho. Neste mesmo acordo judicial, a Companhia assinou o Termo de Acordo para Pagamento de honorários advocatícios contratuais, no montante de R\$ 19.199 em favor do patrono da ação, Escritório Marcus Neves Advocacia e Consultoria S/C, parcelado em 24 vezes e também o honorário de sucumbência no valor de R\$ 4.799 parcelado em 16 parcelas em favor do SINTSAMA.

(f) General Electric do Brasil

A Companhia assinou com a General Eletric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente, as ações cautelar e declaratórias acumulada perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R\$ 22.070, correspondente ao débito da Companhia perante a General Eletric do Brasil equivalente a 1.770.420 m³, é corrigido mensalmente e amortizado com os consumos em m³ de águas das matrículas cadastradas na Companhia e de responsabilidade da General Eletric.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social foi aumentado em R\$ 278.473 com a utilização de créditos já contabilizados na Companhia (adiantamentos para futuro aumento de capital), conforme autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de junho de 2012, passando de R\$ 3.651.911 para R\$ 3.930.384. Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foi aprovado, por unanimidade de votos, a redução do capital social no montante de R\$ 3.830.000 sem alteração do número de ações ordinárias e preferenciais, mediante absorção de prejuízos fiscais acumulados. Dessa forma o capital social integralizado passou de R\$ 3.930.384 para R\$ 100.384, representado, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 19 de setembro de 2012, por 250.130.923 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 8 de outubro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 49.359, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, sem alteração da quantidade de ações, passando o capital social de R\$ 100.384 para R\$ 149.743, representado por 250.130.923 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) Grupamento de ações

Em 19 de setembro de 2012 foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária, na qual entre outras matérias, deliberou-se sobre a proposta do Conselho de Administração, aprovada pelo Conselho Fiscal, de grupamento de ações da Companhia. Nos termos do artigo nº 12 da Lei nº 6.404/76, foi aprovada por unanimidade a proposta da Administração de grupamento de ações na proporção de 1.807 ações ordinárias para 1 ação ordinária, e na proporção de 1.807 ações preferenciais para 1 ação preferencial. Com a efetivação do grupamento, essa mesma assembleia aprovou a conversão da totalidade das ações preferenciais em ordinárias na proporção de 1 ação preferencial em 1 ação ordinária, de modo que o capital social da Companhia passou a ser composto por 250.130.923 ações ordinárias. O acionista controlador, o Estado do Rio de Janeiro, comprometeu-se em ajustar a posição acionária do acionista minoritário que eventualmente tivesse restado com fração de ação, a fim de que sua posição fosse sempre arredondada para cima, evitando-se qualquer prejuízo para o acionista minoritário. No que se refere especificamente ao acionista controlador, sua fração de ação foi cancelada. Tal medida teve como principal objetivo a adesão da Companhia ao segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa. A Companhia está autorizada a aumentar, independente de reforma estatutária, o seu capital social até o limite de 332.042.058 ações, a realizar, quando necessário.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro detém o controle acionário da CEDAE, conservando sempre, pelo menos, 51% das ações do capital social com direito a voto, podendo transferir a terceiros, a título oneroso, o excedente.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012 por quantidade de ações está assim distribuída:

	2013	
	Número	%
	de ações	
Governo do Estado do Rio de Janeiro	250.128.987	99,99921
Particulares	1.936	0,00079
	250.130.923	100,00000
2012		
	Número	%
	de ações	
Governo do Estado do Rio de Janeiro	7	-
Particulares	-	-
	3	-

Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 Resultado por ação (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2013.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de

todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2013.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Atribuível

	2013	2012
Quantidade de ações	250.130.923	250.130.923
Quantidade de ações equivalentes de ações ordinárias	250.130.923	250.130.923
Lucro atribuível (R\$)	291.518.669	162.993.000
Lucro por ação (R\$)	1,16546	0,65163

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	291.519	162.993
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	250.131	250.131
Lucro básico por ação	1,16546	0,65163

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	291.519	162.993
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	291.519	162.993
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	250.131	250.131
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação – milhares	250.131	250.131
Lucro diluído por ação	1,16546	0,65163

(d) Dividendos propostos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária da ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	291.519	162.993
(-) Reserva legal - 5%	(14.575)	(8.150)
	276.944	154.843
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$ 0,27679 por ação)	69.235	38.710

Conforme mencionado na Nota 8.2, o montante a pagar de R\$ 38.710, relativo aos dividendos distribuídos do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram compensados com créditos a receber de órgãos da estrutura administrativa do Estado, Controlador da Companhia, no montante de R\$ 35.840, remanescendo R\$ 2.870 no passivo da Companhia a pagar a título de dividendos, os quais, somados com os dividendos distribuídos do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 69.235, totalizam o saldo passivo de R\$ 72.105.

(e) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é composto de R\$ 2.037 de doações de redes de águas de esgoto, R\$ 3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$ 8.058 do programa Ação Social de Saneamento.

(f) Reserva legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social conforme previsto no artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

(g) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do exercício que em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 152.480 (R\$ 154.762 em 2012) e pelos ganhos líquidos atuariais no montante de R\$ 72.269 (perdas líquidas de R\$ 230.194 em 2012), sendo ambos os saldos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

(h) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de água e esgoto, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 360.189 (R\$ 141.592 em 2012), a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas.

(i) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo acumulado das reservas de lucros está superior ao capital social. A Assembleia Geral de Acionistas irá deliberar sobre a aplicação do excesso destas reservas, de forma a atender ao previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

23. Receita operacional líquida

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2013	2012
Receita bruta de serviços	3.928.289	3.820.549
Impostos sobre receita de serviços	(388.806)	(373.282)
	3.539.483	3.447.267

24. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

Custo dos serviços prestados

	2013	2012
Despesas com pessoal	(530.485)	(474.374)
Despesas com material	(66.637)	(56.007)
Serviços de terceiros	(400.719)	(411.260)
Despesas gerais	(840)	(941)
Depreciação e amortização (Notas 12 e 13)	(279.333)	(283.285)
Créditos de PIS/PASEP e COFINS - depreciação	2.451	4.304
-		
	(1.275.563)	(1.221.563)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

- O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.
- Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da ERNST & YOUNG - Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2014. O referido Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia.
- Adicionalmente, destacamos que a companhia vem utilizando de forma consistente, desde 31 de dezembro de 2010, a contribuição dos participantes e da patrocinadora aumentada em 4,3 vezes em relação à contribuição anterior para fins de cálculo do passivo atuarial, com vistas ao equacionamento do déficit atuarial. Entretanto, a Justiça do Trabalho, em junho de 2011, suspendeu os descontos e majoração de contribuições extraordinárias e em 2012 a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da PRE-CE, determinou que a entidade efetuasse provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A companhia contestou a decisão alegando que as chances de perda são avaliadas como possíveis, mantendo em seu passivo circulante, provisão de R\$ 53 milhões referente apenas à parcela sob sua responsabilidade. As demonstrações financeiras não incluem ajustes em virtude dessa incerteza.
- O Conselho Fiscal opina que o referido Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2014.

Fernando Vollarði Barroso | Cristina Lucia Barros Vianna | Rebeca Virginia Escobar Villagra | José Yochimi Arakaki

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Previsto no Estatuto Social da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, o Comitê de Auditoria foi instituído em 08 de novembro de 2011. Com base nas constatações obtidas nas reuniões mensais realizadas desde a sua instituição até o mês de março de 2014, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades, fundamentado nas observações tidas no curso das reuniões realizadas, e, principalmente, no relatório apresentado pela EY - ERNST YOUNG, e, ainda, que a Administração da Companhia adotou medidas corretivas para resolução das pendências apontadas pela Auditoria Independente, bem como, que a abrangência dos trabalhos da Auditoria Independente foi suficiente para avaliar com segurança a qualidade e transparência das referidas demonstrações, propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2014.

João Aldemir Dornelles | Antonio Miguel Fernandes | Roberto P. Dias Garcia

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2014

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como os Relatórios da Auditoria Externa ERNST & YOUNG - EY, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2013, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2013 e, por seus membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2014.

Regis Velasco Fichtner Pereira
Presidente
Wagner Granja VICTER
Vice-Presidente

Renato Prates Rodrigues
Membro
Aristides Maria Ricci Corbellini
Membro

Rodrigo Tostes Solon de Pontes
Membro
Paulo Cezar S. G. Ripper Nogueira
Membro Representante dos
Acionistas Minoritários

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Ilmo. Sr. Leonardo Pereira, Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Os Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ n.º 33.352.394/0001-04, com sede na Av. Presidente Vargas, 2655 – Edif. Cidade Nova – RJ declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM n.º 480 de 07 de Dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2014.

Eng.º Wagner Granja VICTER
Diretor-Presidente

Marco Antônio Feijó Abreu
Diretoria de Projetos Estratégicos
Jair Otero Peixoto
Diretoria de Engenharia

Helena Silva de Souza
Diretoria de Distribuição e
Comercialização do Interior

Renato Prates Rodrigues
Diretoria Administrativo-
Financeira e de Relações com
Investidores

Jorge Luiz Ferreira Briard
Diretoria de Produção e Grande
Operação

Marcello Barcellos Motta
Diretoria de Distribuição e
Comercialização Metropolitana

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Ilmo. Sr. Leonardo Pereira

Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Ilustríssimo Senhor Presidente,

O Diretor-Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, 2655 – Edif. Cidade Nova – RJ, CNPJ n.º 33.352.394/0001-04, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, inciso V, da Instrução CVM n.º 480 de 07 de Dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEDAE, referente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2013.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2014.

Eng.º Wagner Granja VICTER Diretor-Presidente	Marco Antônio Feijó Abreu Diretoria de Projetos Estratégicos	Helena Silva de Souza Diretoria de Distribuição e Comercialização do Interior
Renato Prates Rodrigues Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores	Jair Otero Peixoto Diretoria de Engenharia	Marcello Barcellos Motta Diretoria de Distribuição e Comercialização Metropolitana
	Jorge Luiz Ferreira Briard Diretoria de Produção e Grande Operação	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras, a qual descreve que, em decorrência da aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC de um novo regulamento para o seu plano de aposentadoria na modalidade de benefício definido, para fins de equacionamento do déficit atuarial até então existente, a Companhia vem utilizando de forma consistente, desde 31 de dezembro de 2010, a contribuição dos participantes e da patrocinadora aumentada em 4,3 vezes em relação à contribuição anterior para fins de cálculo do seu passivo atuarial. No entanto, em julho de 2011, a Justiça do Trabalho suspendeu os descontos e majorações destas contribuições extraordinárias, e em 2012 a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da PRECE, determinou que a entidade efetuassem a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$ 56.345 mil que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias e aguarda o julgamento do recurso contestando a suspensão dessa majoração, considerando, com base na opinião de seus advogados, que as chances de perda são avaliadas como possível, e que as modificações efetuadas atendem aos requisitos legais e respeitam a Legislação Previdenciária que regulamenta as atividades das entidades de Previdência Complementar. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e, como informação suplementar que não requerem pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos--Continuação

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 10 de abril de 2013, que conteve as seguintes modificações: (i) limitação de escopo sobre a eventual necessidade de se constituir provisão, total ou parcial, sobre um auto de infração lavrado em 30 de novembro de 2012, cujo objeto principal era a tomada de créditos de PASEP e COFINS, decorrente de lançamentos de despesas de prestação de serviços e outras despesas não operacionais, referentes aos anos-calendários de 2008 a 2010, no montante de R\$ 239.515 mil; e (ii) ênfase semelhante àquela descrita anteriormente.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2014

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ	Márcio F. Ostwald Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4
---	---

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Responsabilidade Social e Ambiental

Nova CEDAE: empresa que produz saúde e promove a melhoria da qualidade de vida do cidadão fluminense.
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor,

A Administração da companhia vem trabalhando em busca da universalização do saneamento em nosso Estado. Ao final de 2013, ao refletir sobre tudo que foi vivenciado pela companhia, verificamos que, a despeito dos problemas e dos desafios colocados, o saldo é positivo. Acostumada a um trabalho de engenharia constante, a companhia tem cumprido o seu papel e encarado as necessidades sem esmorecer.

Vale destacar, entre tantas ações realizadas neste período, o início da etapa principal das obras de esgotamento sanitário do eixo olímpico, em parceria com a Secretaria Estadual do Ambiente. O saneamento da Barra e de Jacarepaguá, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, é antes de ser compromisso olímpico, um compromisso com o meio ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos da região. Este é mais um conjunto de obras que contribuirá para a melhoria das condições dos sistemas lagunares daquela região. É uma obra projetada para o crescimento futuro da região, para atender à demanda nas próximas décadas. Com os investimentos que realizamos em mais de 13 municípios do Estado, mudamos a qualidade de vida de cerca de 300 mil habitantes. A companhia é sempre atenta ao meio ambiente e por isso manteve em atividade, neste período, o replantio de mudas de espécies da Mata Atlântica, que é duplamente sustentável, porque além de ajudar a natureza, ajuda também os apenados, pois esse trabalho é desenvolvido com mão de obra carcerária, o que traz orgulho pelas mais de 2 milhões de mudas já produzidas em nossos viveiros, também mantidos pelos apenados.

Preservar a água, bem essencial à vida humana, é um desafio. Educar as gerações futuras é a estratégia correta para a conscientização do cidadão a respeito da necessidade de uso racional e sustentável dos recursos naturais. Para isso, trabalhamos continuamente no Programa Cedae Educação Ambiental, com a participação de escolas, faculdades e comunidades, distribuindo material educativo sobre o saneamento e promovendo visitas com palestras nos nossos centros com abordagens de preservação ambiental e principalmente à conscientização sobre o uso racional da água e o manejo dos esgotos sanitários. Várias outras

ações socioambientais foram realizadas no curso do ano de 2013, seja no âmbito interno ou externo da companhia, dentre as quais apresentamos neste relatório aos nossos acionistas, clientes, colaboradores e cidadãos em geral, aquelas que acreditamos terem contribuído para um planeta mais sustentável e uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

Wagner Granja VICTER
Diretor-Presidente

Atividades Sociais e Ações Ambientais Realizadas no Exercício de 2013

1. Sociedade

1.1 Capacitação e Inclusão

1.1.1 Projeto Replantando Vida – Ressocialização de Detentos

O projeto consiste em proporcionar a ressocialização e reinserção ao mercado de trabalho, dos apenados dos regimes aberto e semiaberto do Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro, possibilitando a redução do tempo da pena pela regra legal, pois para cada 03 dias de trabalho pelo projeto, o apenado recebe a redução de 01 dia em sua pena. Os apenados realizaram suas atividades neste período, promovendo a manutenção das mudas nativas replantadas na Mata Atlântica às margens dos rios Guandu e Macacu, bem como dos mangues no entorno e na mata da Serra de Inhoaíba na Zona Oeste. Além dessas atividades, as internas trabalharam na confecção de 10.583 peças variadas de uniformes para compor os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para uso das equipes operacionais da companhia e atuaram também na confecção de 5.000 bolsas para atender à Feira da Providência. Essa mão de obra passou a ser também utilizada pela companhia nas tarefas de conservação e limpeza das suas unidades administrativas liberando assim a mão de obra terceirizada contratada até então, para a realização dessas tarefas. Ao final de 2013, a companhia manteve 308 apenados que receberam remuneração mensal, auxílio transporte e auxílio alimentação. Por conta desse projeto, 10 apenados já foram aproveitados por empresas prestadoras de serviços em virtude do bom desempenho de suas tarefas e a respectiva progressão de regime para a liberdade condicional. Além disso, já temos 03 apenados fazendo parte do quadro de pessoal da companhia aprovados em concursos públicos.

1.2 Parcerias

1.2.1 Educação Ambiental.

Nossos Centros de Visitações (CVA's) do Sistema de Tratamento de Água do Guandu e Imunana Laranjal, bem como nossas Estações de Tratamento dos Esgotos da Alegria e Barra da Tijuca são abertos para a visitação de instituições de ensino fundamental, médio, técnico, superior e pós-graduação com apresentação de palestra sobre a conscientização ambiental e o uso racional da água, com distribuição de material educativo e informações a respeito da coleta e do tratamento dos esgotos. Nossos Centros de visitas recebem diariamente visitas de várias escolas, tendo sido visitados por 420 escolas e 56 faculdades com a participação de 10.185 alunos do ensino fundamental, 1.910 do ensino médio, 1.443 do ensino técnico e 1.057 de nível superior, além de 96 colaboradores, totalizando 14.691 visitas no ano de 2013. Além dessas atividades, a companhia realizou diversos eventos com a participação de 46.490 pessoas, cujos temas foram a importância do tratamento e distribuição da água, o tratamento de água e o meio ambiente, bem como esclarecimentos sobre a atividade de saneamento realizado na VI Jornada de Ciência e Tecnologia – UEZO. Outra ação de cunho ambiental realizada pela companhia foi a reciclagem de resíduos do prédio sede, o que possibilitou o reúso e a reciclagem de 55.000kg de materiais como plásticos, papel e papelão, alumínio e ferro, doados à Cooperativa de Seleção e Comercialização de Materiais Reciclados do Centro do Rio de Janeiro – COOPERCENTRO.

1.2.2 Assistência a Menores Adolescentes

Com o objetivo de proporcionar formação profissional aos jovens com idade entre 14 e 24 anos, a companhia manteve em seus quadros, em 2013, 168 jovens com oportunidades de qualificação. Como pré-requisito, o jovem deve ter completado ou estar cursando o ensino fundamental ou médio. O programa proporciona também, formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, com aplicação e supervisão de atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva a serem desenvolvidas no ambiente de trabalho das áreas administrativa, financeira e de informática.

Neste ano os aprendizes tiveram como remuneração mensal um salário mínimo regional, mais auxílio refeição e vale transporte, com carga laboral de 30 horas semanais, entre curso de capacitação e prática no local de trabalho, com registro em carteira de trabalho, como o primeiro emprego com direito a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), PIS e Seguro de Vida.

O Programa Jovem Aprendiz é estruturado em conformidade com a legislação pertinente trazida pelo Decreto Federal nº 5.598 de 01 de dezembro de 2005. O programa, desde seu início, já atendeu 433 jovens. O programa, no primeiro semestre de 2013, foi realizado por meio de convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e no segundo com a empresa Super Estágios Ltda.

1.2.3 Inclusão Social da Deficiência Física

Objetivando disseminar junto à população uma nova postura da sociedade a respeito da deficiência em nosso país, a companhia manteve em seus quadros 100 colaboradores por meio de parceria com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). Esses profissionais executam suas tarefas diárias em nossas agências comerciais no atendimento de clientes e proporcionaram excelentes resultados, pois esses colaboradores apresentam aptidão na execução de suas atividades laborais, além de um alto nível de dedicação e comprometimento com o trabalho e com a população em geral. Os colaboradores cumprem jornada de trabalho de 8 horas diárias e receberam, em média, R\$1,3 de remuneração mensal, vale transporte e participação em plano de saúde. Apoio às Atividades Promovidas pela Fundação Abrinq. A Fundação é uma organização que tem como missão promover a defesa e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes que potencializa e garante o acesso desses jovens ao ensino fundamental e médio, assim como a promoção de vida saudável por meio do desenvolvimento de mais de 7 milhões de crianças e adolescentes participantes e beneficiados pelos projetos, propiciando a construção de uma sociedade mais justa. Em 2013 a companhia continuou parceira financeira da Fundação, visando à continuidade do projeto.

1.3 Tarifa Social

Objetivando possibilitar melhor qualidade de vida aos nossos clientes de baixa renda, uma vez que representa uma economia de até 40% no valor das tarifas normais de águas e esgotos, a companhia concedeu a tarifa social a 1.220.000 habitantes que foram contemplados com o custo de R\$1, 668 p/m³ para o consumo de água de até 6m³, sendo que o valor mensal da conta para os clientes enquadrados na tarifa social, incluindo água e esgoto, é de R\$20,00. Com a pacificação das comunidades no Estado do Rio de Janeiro por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) e a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a companhia já beneficia 77 comunidades com a implantação da tarifa social. Aliado a essas ações, e tendo em vista as atividades sociais praticadas à população em geral por entidades filantrópicas, mantivemos em 2013 o Termo de Cooperação com a Federação das Associações de Pais e Amigos Excepcionais do Estado do Rio de Janeiro (FEDAPAES-RJ) e com a Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro (FEASPERJ) que isenta ambas instituições da tarifa de água e esgoto nas unidades onde estas associações realizam suas atividades em todo o Estado. Esses órgãos promovem e articulam ações voltadas para os direitos das pessoas com deficiência, promoção à saúde para envelhecimento saudável, apoio à família, trabalho na comunidade e inclusão escolar e no trabalho. A cooperação beneficiou neste período, em média, 153.000 pessoas atendidas pela FEDAPAES-RJ e 7.100 pela FEASPERJ.

1.4 Ouvidoria Geral -Aproximação com a Sociedade

O objetivo da Ouvidoria é fortalecer de forma perene, as relações entre a companhia e a sociedade em geral, mediante uma atuação institucional mais transparente, eficiente e com mais credibilidade aos serviços da companhia, atuando como um agente catalisador, promotor de mudanças, e não apenas como uma atividade de intermediação, fortalecendo assim a relação com a sociedade no exercício da cidadania, com atuação proativa perante os problemas potenciais causadores de insatisfação, e assegurando que a sociedade tenha voz ativa no processo decisório da companhia. Em 2013, nossa Ouvidoria realizou 24.765 atendimentos, sendo 9.157 por telefone, 7.782 por documentos, 3.632 presenciais, 845 por notificação da Comissão de Defesa do Consumidor da ALERJ, 377 por e-mail, 133 da Ouvidoria do Ministério Público e 2.839 pelo site externo www.reclameaqui.com.br, tendo neste período solucionado 55% dos casos.

A companhia mantém um Call Center e uma linha 0800, vinculadas diretamente à Ouvidoria, que registrou neste período 457.352 atendimentos e disponibiliza a "Central de Atendimento ao Surdo (CAS)", objetivando o atendimento das demandas dos deficientes que utilizam telefones especiais com teclado e visor.

1.5 Programa PEP-CEDAE – Ensaios de Proficiência para Laboratórios de Água, Esgotos e Áreas Afins
O objetivo do Programa PEP é atuar em nível nacional, como uma ferramenta de monitoramento e promoção da qualidade dos laboratórios do Setor de Saneamento e Meio Ambiente, funcionando como facilitador para a implantação de Sistemas de Garantia de Qualidade. Os itens de ensaios são distribuídos aos participantes do Programa, os resultados são submetidos a uma análise estatística e os participantes notificados de forma sigilosa sobre o seu desempenho, sendo a confiabilidade dos resultados, de cada participante, assegurada por meio do uso de código alfanumérico confidencial. A estrutura e organização do provedor e do programa de ensaios seguem as recomendações da ABNT/ISO/IEC – Guia 43.1 Ensaios de Proficiência por Comparações Interlaboratoriais. As inscrições ao programa podem ser solicitadas pelo e-mail: pepcedae@cedae.com.br. Em 2013, participaram do Programa, 63 laboratórios, sendo 8 da companhia, 11 de nossas congêneres, 42 de diversos Estados Brasileiros e 2 laboratórios de Buenos Aires - Argentina. Neste período, nossos laboratórios realizaram 936.020 análises de água de controle físico, químico e microbiológico e 71.639 análises de esgotos, além de 3.377 análises em água de reúso dos esgotos.

2 Público Interno

2.1 Programa de Readaptação Profissional

O programa de readaptação da companhia trabalha em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e tem por finalidade receber os colaboradores que se encontram em situação de auxílio-doença encaminhados pelo citado órgão de previdência oficial, solicitando a indicação de uma nova atividade. Esses colaboradores são avaliados pelos membros da Comissão Permanente de Readaptação Profissional da companhia, e sendo considerados elegíveis pelo médico do trabalho, para o programa, são inseridos e treinados para o desenvolvimento de novas atividades laborais que respeitem seus limites físicos, apontados pela previdência social quando do retorno ao trabalho. Desde o seu início, já foram atendidos pelo programa, 228 colaboradores sendo 91 readaptados com certificados do INSS, 13 em readaptação, 63 aposentados e 61 desligados do programa.

2.2 Programa de Prevenção à Dependência Química (PROPAD)

O programa é realizado pela Caixa de Assistência Médica (CAC) que promove o atendimento dos nossos colaboradores com questões de alcoolismo ou outras drogas, e são submetidos a abordagens e orientação do serviço social, com visitas hospitalares e domiciliares, com tratamento seriado e procedimentos de avaliações psicoterápicas e fonoaudiológicas, ambulatória, domiciliar e fisioterapias domiciliares. O PROPAD atendeu neste período 15 colaboradores, sendo 4 em acompanhamento ambulatório e 11 excluídos por desistência, aposentadoria e outras situações.

2.3 Desenvolvimento

2.3.1 Treinamentos

Foram realizados em 2013, 147 cursos e seminários específicos nas áreas administrativa, gerencial, operacional, comercial, jurídica e de segurança do trabalho, com a participação de 2.492 colaboradores e carga anual de 40.972 horas. Os parceiros externos que atuaram no projeto de treinamento em 2013 foram as entidades SENAI, SESI, FGV, TCE, ABES, CEPERJ, IDEMP, Nembrío Gênesis, Avanti Consultoria e Brasil Resgate.

2.3.2 Estágios

No decorrer do ano de 2013 ingressaram no nosso programa de estágios em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), 163 novos estagiários sendo 60 de nível médio e 103 de cursos superiores. O programa tem por objetivo oferecer oportunidades aos estudantes dos níveis médios e universitários, alinhado com as regras da legislação vigente, o que possibilita complemento no processo de aprendizado próprio das atividades profissionais, capacitando-os tecnicamente e possibilitando o desenvolvimento sociocultural dos estagiários, que receberam neste período bolsa auxílio, auxílio refeição e vale transporte, sendo o estágio de 6 meses prorrogável por igual período, de acordo com o interesse das partes. Neste período, a companhia investiu o montante de R\$945 nessa ação.

2.3.3 Bolsas de Estudos

As bolsas de estudos são concedidas aos nossos colaboradores, podendo também, serem utilizadas pelos seus dependentes. As bolsas concedidas são para instituições de inquestionável reputação dos ensinos fundamental, médio ou médio profissionalizante. Nesse período foram concedidas 242 bolsas contemplando 60 colaboradores, sendo o valor unitário da bolsa de R\$445,00 investindo a companhia R\$962.

2.3.4 Instrutoria Interna

A companhia estimula o resgate e a valorização do capital intelectual interno e realiza por meio de sua Universidade Corporativa (UniverCedae), o programa de instrutoria interna, que de forma voluntária, aproveita os colaboradores para a docência nos treinamentos, com o objetivo de transmitir os conhecimentos obtidos ao longo de suas carreiras profissionais para os demais colaboradores. Ao longo desse ano o projeto obteve adesão de 26 colaboradores que realizaram atividades de docência na UniverCedae, num total de 13.256 horas/aula no ano de 2013.

2.4 Segurança do Trabalho

O nosso setor de segurança do trabalho tem como meta prevenir e minimizar a ocorrência de acidentes nos ambientes de trabalho em nossas unidades operacionais e administrativas e para tal, operou neste período com 62 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA's) e realizou 2.758 inspeções de segurança em diversas unidades. Nossa equipe de segurança do trabalho é composta por 30 técnicos de segurança do trabalho, 2 engenheiros do trabalho que realizaram no período, 386 Relatórios de Inspeção de Segurança

(RIS), 350 Mapas de Riscos e 355 Programas de Prevenção de Riscos (PPRA). Foram realizados 397 treinamentos, 498 reuniões de CIPAs e 8 SIPAT's (Semana Interna de Prevenção a Acidentes do Trabalho) em ambientes operacionais, além de uma no prédio sede com um contingente de 1.300 colaboradores, participação de 411 pessoas e realização de palestras sobre os assuntos: procedimentos de segurança no prédio sede, prevenção de acidentes do trabalho, cuidados com a pressão arterial, prevenção da osteoporose e da diabetes, a importância do exame periódico, Lei Maria da Penha e coleta seletiva de lixo no prédio sede. Durante este período foram realizados 6 simulados coletivos de evacuação do edifício sede, sendo o último realizado no final do mês de novembro, com a participação do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, além dos brigadistas e população do edifício.

2.5 Benefícios

2.5.1 Saúde e Assistência Médica

A companhia ofereceu aos seus colaboradores, assistência médica por meio da Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae (CAC), extensivas aos seus dependentes, sendo a CAC um plano de saúde de autogestão, cujo objetivo é promover o atendimento das necessidades de saúde dos seus participantes, mantido pela companhia e os colaboradores. A CAC proporcionou cobertura para 5.801 colaboradores ativos, 6.374 aposentados e pensionistas e 19.938 dependentes.

O Programa de Saúde Ocupacional – PROSAO realizou em 2013, 6.046 exames clínicos periódicos, 2.130 ultrassonografias de próstata, 148 ultrassonografias de mamas, 155 mamografias e 65.331 exames periódicos complementares, além de outros. O Programa de Prevenção Global para Idoso (PGI) voltado para os nossos colaboradores portadores de doenças crônicas e que demandam controles e cuidados mais específicos por parte da equipe da CAC, atendeu em 2013, 140 colaboradores, e o Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), que realiza suas ações por intermédio de visitas médicas domiciliares, mantém 184 colaboradores acompanhados sob controle. Os Projetos de Controle de Pressão Arterial (PHA) e o de Controle de Diabetes assistiram a 335 colaboradores, assim como o Projeto de Controle do Tabagismo – ZERONIC atendeu a 10 colaboradores. Foram ainda realizadas campanhas de vacinação que evitaram a disseminação de doenças infectocontagiosas, que atendeu a 3.306 colaboradores, sendo 3.194 imunizados contra a gripe H1N1 e comum, 93 contra a hepatite A, 13 contra o tétano e 6 contra o HPV.

2.5.2 Auxílio Creche

A companhia concedeu em 2013, o auxílio para 444 colaboradores, beneficiando 479 dependentes. Os colaboradores contemplados são aqueles que possuem filhos com idade de até 7 anos, sendo o valor mensal do auxílio de R\$482,00 por dependente. O investimento da companhia para essa ação foi de R\$2.366.

2.5.3 Auxílio Filho Excepcional

Objetivando proporcionar a melhoria da qualidade de vida da pessoa com necessidade especial de qualquer origem, natureza ou gravidade, a companhia concedeu o auxílio em 2013 a 110 colaboradores que receberam o benefício no valor unitário de R\$720,00. O auxílio é concedido aos filhos ou aos tutelados de nossos colaboradores que são enquadrados na legislação federal específica com reconhecimento pela Previdência Social Oficial. O investimento efetuado, para essa ação, nesse período foi de R\$966.

2.5.4 Auxílio Alimentação

O auxílio é oferecido aos nossos colaboradores, no exercício efetivo de suas atividades, enquadrados nos cargos de níveis fundamental e médio, no valor de R\$481,00 por mês para auxílio alimentação e R\$288,00 para cesta básica. Os colaboradores de nível superior receberam o auxílio alimentação no mesmo valor dos demais. A importância investida pela companhia nesse período para essa ação foi de R\$42.405.

2.5.5 Auxílio Transporte

Em 2013 a companhia concedeu o auxílio para 2.199 colaboradores que utilizaram os sistemas de bilheteagem eletrônica da Riocard, Sindcard e Setransol para uso nos meios de transportes oficiais do Estado do Rio de Janeiro. O auxílio é concedido por meio de opção dos colaboradores, tendo a companhia desembolsado para essa ação o valor de R\$3.334.

2.5.6 Previdência Complementar

A companhia oferece aos seus colaboradores em forma de adesão voluntária, um plano de aposentadoria por meio da Prece – Previdência Complementar, constituída como uma ferramenta de política de recursos humanos, mantida pela companhia e os nossos colaboradores participantes, cujo objetivo é proporcionar renda complementar no momento de sua aposentadoria. Em 2013 desligaram-se dos quadros da companhia, 49 colaboradores que passaram a receber renda complementar pelo plano. Ao término desse período, a Prece mantinha 4.209 participantes ativos, 3.829 aposentados e 3.078 pensionistas.

O plano oferece ainda aos participantes, empréstimos com taxas de juros mais atrativas do que os do mercado. O valor da contribuição assumida pela companhia para esse item foi de R\$65.716.

2.5.7 Programa Maternidade Cidadã

Em 2013, 19 colaboradoras de diversos níveis profissionais foram contempladas no programa, que consiste em liberar por 60 dias adicionais à licença maternidade legal, as nossas colaboradoras para amamentação de seus filhos. O programa prevê também a licença gestante constitucional às nossas colaboradoras que possuem filhos adotivos de até 1 ano.

2.6 Relacionamento com entidades sindicais

A companhia mantém bom relacionamento com as entidades sindicais representativas das diversas categorias profissionais dos nossos colaboradores. No Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) firmado para o biênio 2012/2014, foi concedido em 2013 aumento salarial de 7,16% correspondente ao INPC acumulado, com reflexo também na cesta básica e no auxílio alimentação além da concessão de vários benefícios, tais como, bolsas de estudos extensivas aos dependentes, auxílio creche, auxílio dependente químico e outros.

2.7 Coibição de práticas discriminatórias

A companhia coíbe no ambiente de trabalho, as práticas discriminatórias de assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação de sexo, raça, religião ou ideologia política, e para tanto, firmamos com as entidades sindicais, cláusula específica no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) onde assumimos o compromisso de desenvolver e divulgar campanhas junto aos nossos colaboradores, a fim de prevenir a ocorrência de distorções e coibir atos e posturas discriminatórias em nossos ambientes de trabalho e na sociedade em geral.

3. Meio Ambiente

3.1 Reutilização da Água

Nossos projetos de reúso de água são desenvolvidos nas Estações de Tratamento de Esgotos da Penha (ETE Penha) e Alegria (ETE Alegria) onde produzimos 78.977 m³ de água para reutilização interna em lavagem de ruas e pátios, liberando assim a água potável para uso mais nobre. Além do reúso interno, a companhia mantém pontos de abastecimentos para viatura da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, para utilização em lavagem de vias públicas, rega de jardim e para uso do corpo de bombeiros na utilização da água reutilizada para o combate a incêndio. Neste período, iniciamos o fornecimento de água de reúso para utilização em estação de base de pavimentação de vias e calçadas e abastecimento de equipamentos de perfuração de rochas para o Consórcio Porto Novo, que trabalha na revitalização da região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Além desses processos de reaproveitamento, a companhia tem instalada em seu prédio sede, uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas – ETAC que possibilita o reúso de águas de

pias e lavatórios e ar condicionado, assim como a captação de águas de chuvas, todas utilizadas exclusivamente nos sistemas de descargas sanitárias do prédio, proporcionando neste período a reutilização de 2.558 m³ e por consequência a economia de água potável consumida no prédio com o contingente de 1.300 colaboradores que exercem suas atividades naquele local.

3.2 Água de reúso para o COMPERJ

O projeto consiste na liberação dos recursos hídricos para a região onde está sendo construído pela Petrobras S/A o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no município de Itaboraí. A previsão de demanda total para o complexo é de 1.500 l/s de água de reúso. Na primeira etapa do projeto a água de reúso terá origem na água de lavagem operacional dos filtros da ETA Guandu, devidamente clarificada e bombeada para a área da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), de onde a Petrobras se encarregará de transportá-la até o Comperj. Nessa etapa do projeto está prevista a produção de 1.000 l/s de água de reúso, sendo o fornecimento de 650 l/s para a Petrobras, equivalendo a 20,5 bilhões de litros de água de reúso por ano e 350 l/s para utilização da CEDAE no abastecimento de uma parte da população do município de Duque de Caxias, o que corresponde a 11 bilhões de litros por ano. Futuramente, com o aumento de demanda do Comperj, a complementação de água necessária ao complexo petroquímico será suprida com a produção de água de reúso por meio do tratamento terciário dos efluentes que chegam à ETE Alegria seguido do seu bombeamento também para a área da Reduc.

3.3 Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Licença Ambiental

O licenciamento ambiental das nossas unidades

demonstra a preocupação e a seriedade com que a companhia conduz as questões ambientais, trabalhando para garantir melhores condições de vida às gerações atuais e futuras. Com a efetivação de pedidos de licenciamentos ambientais e a solicitação da outorga de direito de uso dos recursos hídricos, a companhia atende à legislação ambiental vigente. Em 2013 recebemos 18 licenças ambientais, 18 outorgas e permissão de uso de água para 9 reservas de captação e 5 averbações de licenças, além do requerimento de mais 11 licenças e 13 outorgas e permissões junto aos órgãos ambientais Federal, Estadual e Municipal. Esse trabalho é realizado objetivando adequar as atividades operacionais da companhia, perante os órgãos oficiais de meio ambiente, em busca de uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

3.4 Recuperação da mata ciliar dos Rios Guandu e Macacu

Neste projeto é utilizada mão de obra de apenados dos regimes aberto e semiaberto por meio de convênio com a Fundação Santa Cabrini. O projeto já realizou o replantio de mudas nativas da Mata Atlântica às margens dos rios Guandu e Macacu, sendo que em 2013 fizemos mutirão com apenados para a manutenção necessária e reposição de algumas mudas já plantadas às margens do rio Guandu. Quanto ao rio Macacu, nossa tarefa de recuperação da área marginal, que avaliamos como a principal do projeto, foi considerada concluída pelo nosso parceiro técnico, o Instituto de Floresta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, visto que ali já conseguimos instalar uma floresta que se encontra em franca consolidação, estando apenas à própria natureza continuar a responder pela complexa trama de relações esperadas.

Além dessas atividades, produzimos com a utilização de mão de obra de apenados, 135.370 mudas em nosso Viveiro Roberto e Rodrigues (ETA Guandu), 11.000 mudas no Viveiro Arthur Sendas (ETE Alegria), 17.000 no Viveiro Manuel Gomes Archer, 44.000 no Viveiro de São Gonçalo e 173.000 mudas no Viveiro de Magé localizado na Colônia Penal e o primeiro viveiro de mudas florestais da Mata Atlântica instalada em uma unidade prisional, totalizando a produção, neste período, de 380.370 mudas. Essas mudas foram utilizadas em nossas próprias frentes de reflorestamento, sendo que pouco mais de 23.000 foram destinadas a doações, à distribuição em eventos ambientais internos da própria companhia, e externos, assim como distribuídas aos interessados que entram em contato com o projeto em nossos centros de visitas abertas a estudantes de todos os níveis. Tivemos em 2013 a doação de 1.600 dessas mudas ao projeto da Rede de Educação Ambiental Marinha (REAMAR) na cidade do Rio de Janeiro.

3.5 Preservação de Recursos Hídricos

Fornecer água potável de qualidade e também em quantidade adequada é o objetivo que a companhia persegue em seu dia a dia, e depende da preservação dos mananciais, recuperação de rios, reflorestamento de matas ciliares, bem como, o desassoreamento dos leitos e despoluição de rios e nascentes. Essas ações são de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), cujo objetivo é a recuperação das bacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. Para que essas ações sejam efetivamente realizadas pelo INEA, a companhia repassou ao Instituto o valor de R\$ 22.846.

Quadro de Indicadores – CEDAE

1 - Base de Cálculo	2013			2012		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	—3.539.483			3.447.267		
Resultado operacional (RO)	664.361			436.245		
Folha de pagamento bruta (FPB)	548.475			505.113		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	42.405	7,7	1,20	62.966	12,46	1,83
Encargos sociais compulsórios	177.021	32,3	5	164.667	32,60	4,78
Previdência privada	65.716	11,9	1,85	67.502	13,37	1,95
Saúde	66.419	12,11	1,87	74.780	14,81	2,16
Segurança e medicina no trabalho	719	0,13	0,02	1.033	0,21	0,03
Educação	962	0,17	0,03	1.303	0,26	0,04
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional	316	0,06	0,01	365	0,07	0,01
Creches ou auxílio-creche	2.366	0,42	0,07	2.372	0,47	0,07
Participação nos lucros ou resultados (*)	0	0	0	0	0	0
Outros- vale transporte	3.334	0,61	0,10	3.395	0,66	0,10
Total - Indicadores sociais internos	359.258	65,40	10,15	378.389	74,91	10,97
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	945	0,14	0,03	724	0,17	0,02
Cultura	4.200	0,63	0,12	0	0	0
Saúde e saneamento	1.155.370	174	32,60	1.108.386	254	32,15
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total das contribuições para a sociedade	1.160.515	174,77	32,75	1.109.110	254,17	32,17
Tributos (excluídos encargos sociais)	774.724	116,52	21,92	714.098	163,72	20,72
Total - Indicadores sociais externos	1.935.239	291,29	54,67	1.823.208	417,89	52,89
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	53.943	8	1,5	91.175	20,9	2,65
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0	0	0	0	0
Total dos investimentos em meio ambiente	53.943	8	1,5	91.175	20,9	2,65
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas (X) cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	6.598			6.754		
Nº de admissões durante o período	64			104		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	104			112		
Nº de estagiários(as)	163			139		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	5.016			5.026		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	731			737		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25%			25%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (**)	2.310			2.310		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	16%			16%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	115			114		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Metas 2014					
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9			9		
Número total de acidentes de trabalho	160			128		
FAP - Fator Acidentário de Prevenção	1,2975			1,3017		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: (*)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 24.765	no Procon 581	na Justiça 13.656	na empresa 19.812	no Procon 465	na Justiça 10.925
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 55%	no Procon 65%	na Justiça 20%	na empresa 65%	no Procon 70%	na Justiça 20%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 2.269.858			Em 2012: 1.991.308		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	41% governo 3% acionistas retido	34 % colaboradores (as) 12% %terceiros	10%	39% governo) %terceiros	37% colaboradores (a) 2% acionistas 6% retido	16%
7 - Outras informações						

1)A Companhia atua na atividade de Saneamento Básico com sede no município do Rio de Janeiro/RJ e é identificada pelo CNPJ Nº 33.352.394/0001-04 emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB

2)A Nova CEDAE não utiliza mão-de-obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não envolvendo-se com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

3)A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente e coíbe as práticas discriminatórias.

(*) No acordo coletivo de trabalho do período 2012/2014 a companhia se comprometeu em promover estudos para avaliar a possibilidade de participação nos lucros.

(**) Dados sendo atualizados por recadastramento.